

O COOPERATIVISMO NO PENSAMENTO MARXISTA

(Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)



CADERNO DAS EXPERIÊNCIAS
HISTÓRICAS DA COOPERAÇÃO Nº 02

O COOPERATIVISMO NO PENSAMENTO MARXISTA

Junho de 2000

O COOPERATIVISMO NO PENSAMENTO MARXISTA

(Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)

Caderno das experiências
históricas da cooperação Nº 02



EXPEDIENTE

O Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº “02” - “O COOPERATIVISMO NO PENSAMENTO MARXISTA” é uma publicação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB.

Organização: Adalberto Martins

CONCRAB

Alameda Barão de Limeira, 1232

01202-0002 - São Paulo - SP

Tel/Fax: (011) 222 9174 ou 223 9135

Endereço Eletrônico: concrab@uol.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO PORTUGUESA	09
I) A COOPERAÇÃO NO CAPITALISMO	
Escritos de Karl Marx	
Extrato da “Crítica do Programa do Partido Operário Alemão”	13
Extrato das “Resoluções do Primeiro Congresso da AIT”	15
Extrato de “O Capital”, livro III - “A função do crédito na Produção Capitalista”	17
Escritos de Rosa Luxemburg	
Extrato do livro “Reforma ou Revolução” “Os sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política”	19
Escritos de Karl Kautsky	
Extrato do livro “A Questão Agrária”, “As Sociedades Cooperativas”	23
II) A COOPERAÇÃO NO SOCIALISMO	
Escritos de Lenin	
Sobre a Cooperação.	47
Escritos de Mau Tsé-Tung	
Sobre o Problema da Cooperação Agrícola	59

APRESENTAÇÃO

Chega agora em suas mãos uma coletânea de textos dos pensadores marxistas, que em seu tempo, buscaram tratar da problemática da cooperação como um dos pilares da organização social e dentro disto elaborar sobre o cooperativismo.

Não se trata de uma coletânea restrita a evolução do cooperativismo, mas sim uma coletânea que busca traçar o quadro geral desta problemática à luz da luta de classe, seja no capitalismo seja na implantação da sociedade socialista.

Tivemos por base os textos recolhidos na Cartilha “*Cooperativismo e Socialismo*” publicada pela *Editora Centelha* de Portugal. A ela acrescentamos o texto de Karl Kautsky, “*As sociedades cooperativas*”, por se tratar de uma reflexão sobre os limites do cooperativismo num contexto de agricultura capitalista.

São textos de grande atualidade por exprimirem questões ainda presentes na organização da cooperação na sociedade capitalista, como por expressarem os desafios colocados para a organização social socialista.

Esperamos que os leitores apreciem a leitura e possam extrair destas considerações gerais, elementos que orientem a sua prática política no seio do povo brasileiro.

Um bom estudo a todos.

CONCRAB - Junho/00

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO PORTUGUESA

“Cooperativismo e Socialismo” é um título que procura transmitir o sentido fundamental dos textos que se integram nesta coletânea, a que esperamos se possam seguir outras (ou pelo menos outra) subordinadas ao mesmo tema. Os textos escolhidos dão no seu conjunto uma diversidade de prismas para encarar a realidade cooperativa que procuramos. Os autores incluídos são, todos eles, teóricos de primeiro plano no panorama do socialismo mundial. Um dos efeitos que se procurou com o critério usado - o de incluir textos na sua maioria sucintos e genéricos - foi o de dar um panorama de como o cooperativismo era encarado por alguns eminentes materialistas dialéticos. Não é uma coletânea que nos descreva o movimento cooperativo, que nos responda a dúvidas concretas, mas uma tentativa de dar os quadros gerais de sua problemática.

O movimento cooperativista no seu início foi um dos aspectos do associativismo operário. E se, como o mostra esta recolha, desde os seus primórdios que existiam no movimento operário concepções esclarecidas que lhe atribuíam o devido lugar e lhes assinalavam os limites, não é menos verdade também que desde o início houve quem o usasse como conteúdo de seus esquemas utópicos de transformação da sociedade.

As cooperativas de produção onde tantas esperanças se depositaram, nunca chegaram a atingir mais do que uma expansão incipiente. As cooperativas de consumo, menos valorizadas num primeiro momento, vieram mais tarde a apresentar-se como o setor com mais potencialidades dentro do movimento cooperativo, que levaram a extrapolar largamente das suas raízes operárias. Mais tarde, com a abertura de vias de transição para o socialismo a cooperação agrícola veio a assumir uma importância bastante grande nessas sociedades, integrando-se no esforço geral de transformação da economia como uma forma autogerida de atividade, protegida e encorajada pelo poder central, a cuja lógica, se não subtraía e sob cuja égide se desenvolvia.

Esta coletânea, repita-se, procura apenas dar a conhecer, através da publicação destes textos em conjunto, as linhas mestras do que é para o pensamento marxista a problemática do cooperativismo.

Os textos de Marx equacionam o sentido geral no quadro do movimento operário que ele atribuía ao cooperativismo. Depois, o pequeno extrato que se publica de Rosa Luxemburgo dá por contraposição crítica um esquema das limitações dele. Digamos, que responde aos tipos de questões que é posto pelas concepções que apontavam ao cooperativismo as virtualidades necessárias para se substituir ao capitalismo e para ser uma via de libertação dos trabalhadores.

Vem depois o texto de Lenine, de natureza diferente, pois é um comentário às questões práticas levantadas pela articulação do setor cooperativo com outros setores da produção

na estruturação e desenvolvimento de um novo sistema econômico. Por fim, inclui-se um escrito de Mao, onde detalhadamente se comenta o problema da cooperação agrícola na China, nomeadamente, desenvolvendo múltiplas considerações sobre os problemas políticos da organização dos camponeses. Estes três últimos textos, respondem como se vê a um outro tipo de problemática: a de pesar as virtualidades da cooperação agrícola na construção do socialismo.

Num e noutro caso é pois a relação entre socialismo e cooperativismo que está em causa - relação de concorrência com alternativas que ambos seriam do capitalismo; ou relação de complementaridade, por ser a cooperação um meio de promover a socialização de certos setores da produção.

Os caminhos indicados, num como noutro caso, encontram na realidade social uma confirmação crescente. A cooperação que mantém um apreciável valor defensivo no quadro do capitalismo, que assume em alguns de seus aspectos um certo peso formativo e uma capacidade de difusão cultural, não tem assumido nunca como conjunto quaisquer veleidades de se transformar numa via de superação do capitalismo. A sua considerável expansão em certos países capitalistas mais desenvolvidos não tem conseguido nunca provocar uma inversão dos critérios gerais inerentes a lógica do capitalismo. Por outro lado, a cooperação agrícola tem permanecido como um aspecto significativo das diversas vias de transição para o socialismo.

Outros problemas do cooperativismo, da sua relação com a construção socialista ficam por equacionar, problemas concretos, pormenorização doutros aqui esboçados em linhas gerais, relacionados projectiva com outros aspectos da prática social.

Rui Namorado

I) A COOPERAÇÃO NO CAPITALISMO

- *MARX*

(Seguem-se alguns pequenos textos de Marx sobre o movimento cooperativo, que se afiguram sugestivos para uma elucidação genérica do sentido da sua posição sobre o cooperativismo)

Eles tem nas mãos um elemento de triunfo: o número. Mas o número só pesa na balança se estiver unido pelo acordo e guiado pelo conhecimento. A experiência do passado mostrou que deve existir um elo de fraternidade entre os trabalhadores dos diferentes países e incitá-los a resistir, ombro a ombro, em todas as suas lutas pela emancipação, e que, menosprezado-se este elo, o castigo será o fracasso comum destes esforços sem coesão.

I

“Para preparar os caminhos para a solução das questões sociais, o Partido Operário Alemão reclama o estabelecimento de cooperativas de produção com a ajuda do Estado, sob o controle democrático do povo trabalhador. As cooperativas

de produção devem ser criadas na indústria e na agricultura em número suficiente para que daí resulte a organização socialista de todas as atividades”.

Depois da “lei de bronze dos salários” de Lassale, eis a panaceia do profeta. O caminho é dignamente “preparado”. Em vez da luta das classes existentes, propõe-se uma forma de jornalista: “a questão social” de que se “prepara a solução”. Em lugar de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, “a organização socialista de todas as atividades” “resulta” da “ajuda do Estado”, da ajuda que ele dá às cooperativas de produção que ele mesmo (e não o trabalhador) “fez nascer”. Eis algo que é digno da imaginação de Lassale, o que acreditava que se podia edificar uma sociedade nova através de empréstimos do Estado, exatamente como se constrói um novo caminho de ferro!

Por um resto de pudor, coloca-se a “ajuda do Estado” sob o controle democrático do povo “trabalhador”.

Em primeiro lugar, na Alemanha, o “povo trabalhador” compõe-se na sua maioria de camponeses e não de proletários.

Depois, “democrático” diz-se em alemão *volksherrschaftlich*. Mas o que significa “controle popular soberano (*volksherrschaftlich Kontrolle*) pelo povo trabalhador”? E isso precisamente para um povo que, pelas reivindicações que dirige ao Estado, proclama conscienciosamente que não está no poder e que não está maduro para o poder!

É supérfluo fazer aqui uma crítica da receita que Buchez

sob Luís-Filipe em oposição aos socialistas franceses e que os operários reacionários do Atelier retomaram por sua conta. Do mesmo modo, o mais escandaloso não é ter-se inscrito no programa essa cura milagrosa e específica, mas ter-se feito um recuo geral da posição de um movimento de classe para a de um movimento de seita.

Os operários querem instaurar as condições da produção cooperativa à escala de toda a sociedade e, em primeiro lugar entre eles à escala nacional. Este fato apenas significa uma coisa: os operários trabalham para a desagregação das condições de produção atuais. Isso nada tem que ver com a criação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelo governo nem pelos burgueses.

(Extrato da “Crítica do Programa do Partido Operário Alemão” / Programa de Gotha /1875).

II

TRABALHO COOPERTIVO

A tarefa da Associação Internacional é a de generalizar e de unificar os movimentos espontâneos da classe operária, mas não a de lhes prescrever ou de lhes impor um sistema

doutrinário, seja ele qual for. Por consequência, o Congresso não deve proclamar um sistema especial de cooperação, deve antes limitar-se à enunciação de alguns princípios gerais.

- a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é o de demonstrar na prática que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.
- b) Mas o sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originada nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão obtidas nunca sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Assim, o poder do Estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores.
- c) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte de seus fundos à propaganda de seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa.

d) Com o objetivo de impedir as sociedades cooperativas de degenerar em sociedades ordinárias burguesas (sociedades por ações), qualquer operário empregado deve receber o mesmo salário, seja ou não associado. Como compromisso meramente temporário, transigimos em admitir um lucro mínimo para os sócios.

(Extrato das “Resoluções do Primeiro Congresso da A. I. T.”, reunido em Gêneve, em setembro de 1866).

III

O sistema das ações traz já em si a negação da antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual; mas essa evolução para a forma da ação continua ainda encerrada dentro das barreiras capitalistas; logo, em vez de superar o antagonismo entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, as sociedades por ações dão-lhe apenas uma nova forma.

Pelo que diz respeito às cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre capital e trabalho encontra-se superado, embora ainda sob uma forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles própri-

os, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o seu próprio trabalho. Mostram como a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção que lhes correspondem, se constitui um novo modo de produção e se liberta naturalmente do anterior. Sem o sistema de fábrica, proveniente do modo de produção capitalista, a cooperativa operária não poderia desenvolver-se, assim como não o poderia sem o sistema de crédito resultante do mesmo modo de produção. Tal como ele constitui o elemento principal da transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também o sistema de crédito fornece os meios para uma extensão gradual das empresas cooperativas a uma escala mais ou menos nacional. Quer as sociedades capitalistas por ações quer as empresas cooperativas são de considerar como forma de transição entre o modo de produção capitalista e o sistema de associação, com a única diferença de que, nas primeiras o antagonismo é superado de maneira negativa e, na segundas, de maneira positiva.

(Extrato de “O Capital”, livro III, Capítulo XVI, III - “A função do crédito na produção capitalista”)

AS COOPERATIVAS

- ROSA LUXEMBURG

(Extrato do capítulo de “Reforma ou Revolução?” intitulado “Os sindicatos, as cooperativas e a democracia política” publicado em 1899).

O socialismo de Berstein tende, como vimos, a fazer participar os operários da riqueza social, a transformar os pobres em ricos. Por que caminho se conseguirá isso? Nos seus artigos publicados na *Neue Zeit* e intitulados “Problemas do Socialismo”, apenas aludia a isso vagamente. No seu livro, em compensação, dá-nos a respeito dessa questão todos os esclarecimentos desejáveis. O seu socialismo deve ser realizado por dois meios: pelos sindicatos ou, como ele próprio diz, pela democracia econômica, e pelas cooperativas. Através dos primeiros quer suprimir o lucro industrial, pelo segundo o lucro comercial.

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força de tra-

balho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas. Na prática, isso traduz-se na necessidade de intensificar o trabalho, de lhe encurtar ou prolongar a duração conforme a conjuntura, de contratar ou despedir a força de trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, em praticar todos os métodos bem conhecidos que permitem a uma empresa capitalista refrear a concorrência das outras empresas. Donde, para a cooperativa de produção, a necessidade que é contraditória para os operários, de se governarem a si próprios com toda a autoridade absoluta necessária e de desempenharem em relação a si próprios o papel de empresários capitalistas. Por causa dessa contradição morre a cooperativa de produção, uma vez que se torna ou em uma empresa capitalista ou, se os interesses dos operários forem os mais fortes, se dissolve. Eis os fatos. O próprio Bersntein os constata, mas visivelmente sem os compreender, já que, na esteira da senhora Potter-Webb, vê na falta de “disciplina” a causa do fracasso das cooperativas de produção na Inglaterra. O que recebe a qualificação superficial e banal de “disciplina” não é mais que o regime absoluto que é inerente ao capital e que os operários não podem obviamente empregar contra si próprios.

De onde resulta que a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista suprimindo, por um desvio, a contradição que ela encerra entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. Ela só o pode fazer assegurando previamente um mercado, um círculo constante

de consumidores, a cooperativa de consumo fornece-lhe o meio. Eis a razão - é Bernstein que no-lo revela - da falência das cooperativas de produção autônomas, cuja existência só pode ser assegurada por uma cooperativa de consumo; isto nada tem a ver com a distinção entre as cooperativas de compra e de venda inventadas por Oppenheimer.

Constata-se assim que a existência das cooperativas de produção está ligada atualmente às cooperativas de consumo; daí resulta que as cooperativas de produção se devem contentar, na melhor das hipóteses, com pequenos mercados locais e que se limitam a alguns produtos de primeira necessidade, de preferência aos produtos alimentares. Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim como a indústria de construção de máquinas, das locomotivas e dos navios estão excluídos de antemão das cooperativas de produção. É por isso que, mesmo abstraindo de seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem desempenhar a função de uma reforma social geral, uma vez que tal realização geral implica em primeiro lugar a supressão do mercado mundial e a divisão da economia mundial atual em pequenos grupos de produção e de trocas locais: tratar-se-ia, em suma, de um regresso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da idade Média.

Mas, mesmo dentro dos limites da realização possível, na sociedade atual as cooperativas de produção desempenham o papel de simples anexos das cooperativas de consumo; estas

ocupam assim o primeiro plano e aparecem como a base principal da reforma socialista projetada. Por isso, a reforma socialista baseada no sistema das cooperativas põe de lado a luta contra o capital de produção, quer dizer, contra o ramo principal da economia capitalista e limita-se a dirigir seus golpes contra um capital comercial e mais exatamente contra o pequeno e médio capital comercial; ela apenas atinge os ramos secundários do tronco capitalista.

AS SOCIEDADES COOPERATIVAS

- *KARL KAUTSKY*

(Texto extraído do livro “A Questão Agrária” escrito em 1898)

Não se pode conceber que alguém possa negar a importância das cooperativas. A questão reside unicamente em sabermos se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês, em todos os casos em que a grande empresa seja superior à pequena, e até onde vai essa superioridade.

Uma observação se impõe desde logo: até aqui as cooperativas agrícolas quase inteiramente se limitaram ao domínio do crédito e do comércio. Não trataremos por enquanto da atividade industrial de algumas cooperativas, tais como as leiterias, as refinarias, etc. Discutiremos a importância que apresentam para a agricultura mais adiante, quando examinarmos a indústria rural. Aqui apenas examinaremos a agricultura propriamente dita. Aliás, unicamente as sociedades para melhoria do solo atuam diretamente sobre a produção. Todas as outras sociedades agrícolas tem por objetivo, como dissemos, sobretudo o crédito ou o comércio. Mas nesta esfera, a cooperação apresenta vantagens não apenas para a pequena, como também para a grande exploração.

Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses. Isolados tanto pelo seu gênero de trabalho como pelo seu gênero de vida, fechados num horizonte estreito, vêem-se eles privados dos lazes que a administração de uma cooperativa exige. Em parte alguma a situação é menos confortadora do que nos Estados polícias, onde, durante séculos, a tutela e a opressão burocrática eliminaram inteiramente os hábitos de uma democracia capaz de associações. Além da ignorância, a ausência de liberdade política se manifesta como obstáculo sério ao bem-estar do camponês. Em parte alguma os camponeses são mais rebeldes a um entendimento do que nos lugares onde as tradições do regime patriarcal ainda não foram abolidas e constituem apoio sólido do trono e do altar.

A formação das cooperativas é muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são muito menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais próprios ou de empréstimo.

E aqui ainda verificamos, como para os outros progressos agrícolas, que a grande exploração caminha na frente. Os camponeses precisam da cooperação, mas na maioria dos casos não como meio de reunir as forças dos pequenos lavradores num esforço comum, equivalente ao do grande proprietário territorial. A iniciativa se lhes ocorre antes como recurso para afastar dos grandes proprietários as vantagens

que a cooperação dá a cada um dos seus participantes.

No tocante às hipotecas, é a grande exploração que se apropria, em primeiro lugar, dessas vantagens As *Landschaften*, sociedades rurais prussianas, remontam ao último século. No começo, eram simples associações de domínios nobres, organizadas em cada província para a garantia do crédito hipotecário. De 1860 a 1870, umas após outras, estenderam as suas operações a propriedades de outras categorias. Mas, a exemplo das instituições hipotecárias especializadas nesse negócio, elas não se sentem inclinadas à concessão de empréstimos aos pequenos proprietários, fonte de discórdias e despesas. Nas terras em que o produto líquido do imposto territorial é inferior a uma certa soma (150 marcos no Saxe, em Schleswig-Holstein, na Westfália e no Brandeburg; 240 marcos na Pomerânia), ou com valor abaixo de uma quantia determinada (6.000 marcos no ducado de Posen) elas não emprestam dinheiro.

A organização em sociedade é nesse caso um meio apenas de se oferecer aos grandes proprietários territoriais as vantagens inacessíveis aos pequenos.

F. Hecht declara, na introdução de seu livro já citado sobre as instituições desse tipo no estado e províncias da Alemanha, que “de uma maneira geral, a organização cooperativa do crédito territorial foi sobretudo útil à grande propriedade

Para os pequenos lavradores, tais instituições valem sobretudo na hipótese do crédito pessoal. Elas obtêm o camponês isolado, isto é, o crédito do grande capital urbano

nas condições do capitalismo moderno. Se os empréstimos do camponês isolado são pouco vultosos para interessar o grande capital, os de toda uma sociedade exercem papel inteiramente diverso. E se o crédito a um cultivador que lhe é inteiramente desconhecido não oferece garantias a um banqueiro da cidade, o risco se lhe reduz ao mínimo no caso da solidariedade de muitos associados. Assim, graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando- sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos de sua exploração que esse empréstimo torna praticáveis. Não há dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, sumamente importantes como veículo de progresso econômico. E não digo progressos de alto valor econômico.

Mas subentende-se que tal coisa, só se verifica onde essas organizações deitam raiz e prosperam, o que não acontece com frequência. E podemos perguntar se a grande massa da população agrícola estará em condições de generalizá-las sem uma séria e penosa aprendizagem. Discute-se vivamente, ainda hoje, sobre qual a forma de organização que mais convém ao caráter particular da agricultura. Os partidários deste sistema afirmam que aquele outro nada pode fazer de útil ao camponês.

Os bancos Raiffeisen estão sob o patrocínio do clero. Nos bancos Schulze-Delitzsch, preponderam os pequenos burgueses. Mas mesmo os bancos de crédito agrícola de organização mais perfeita só podem favorecer uma parte dos camponeses. Nem todos podem, quando o desejem, contratar um empréstimo. A sociedade de crédito deve

agir com a maior circunspecção para evitar grandes perdas. Os que não oferecem garantias, precisamente os mais necessitados, caem como antes, nas garras do usurário. Apesar disso, esse tipo de organizações é o que mais interessa ao camponês, abstração feita das associações de indústria agrícola. Assim, desenvolvem-se rapidamente. Segundo Sering contava-se no império alemão, em 1871, cerca de 100 bancos de crédito agrícola; em 1891, 2.134; em 1896, 6.391. Na Prússia, conta-se, segundo uma estatística elaborada pelo banco central das associações de crédito, a 1º cerca de 5.000 sociedades. A 30 de outubro de 1897, já se haviam realizado 7.636 empréstimos.

O grande proprietário não precisa desses estabelecimentos. Quando tem crédito, obtém o dinheiro necessário de modo muito mais simples.

Da mesma maneira que as sociedades de crédito hipotecário, as sociedades de melhoramentos não são características da pequena exploração. Podemos dizer outro tanto das cooperativas de venda e compra.

A associação não é capaz de fazer negócio, suprimir os concorrentes, formar freguesia, aproveitar todas as circunstâncias de que poderia tirar partido. O empresário particular, independente, interessado no mais alto grau, disso se ocupa com mais eficiência.

Isto é válido principalmente para a venda de artigos especiais, e na medida em que são mais variáveis a oferta e a procura e a qualidade dos produtos. Atribuímos a esta variabilidade, sobretudo, a dificuldade da venda do gado por

parte das associações. Quase todas as tentativas nesse sentido malograram, na Alemanha. A desigualdade das mercadorias se manifesta mais intensamente numa sociedade de venda, formada de um grande número de pequenos camponeses, os quais produzem de maneiras diferentes e nas circunstâncias mais diversas, do que numa sociedade composta apenas de algumas grandes explorações, todas agindo racionalmente. E, por exemplo, o que Mendel-Steinfls declara: “O consumo de manteiga por meio de cooperativas venceu em toda parte onde se vendem quantidades muito grandes, e sempre iguais; é o que ocorre quando se trata de artigos provenientes das cooperativas de laticínios ou de grandes propriedades. Mas quando as sociedades se ocupam em vender a manteiga de um grande número de pequenos produtores, tem sempre malgrado.

Qual a importância das cooperativas de laticínios para o pequeno camponês? É o que veremos em evidência mais adiante, como já dissemos. Limitar-nos-emos por ora a mostrar que as sociedades de venda prósperas são em geral de grandes e não de pequenos proprietários. Isto é certo não apenas para a venda de manteiga, mas também para a venda de gado, de cereais e de álcool. As associações de venda de álcool que nos últimos anos, prosperam muito no Norte da Alemanha, não são, examinadas de perto, mais do que cartéis industriais para manutenção de alta nos preços do produto.

A sociedade de venda só poderá tornar-se verdadeiramente útil à pequena exploração quando conseguir que os seus diferentes membros produzam de maneira uniforme,

segundo um plano uniforme e com meios uniformes. Estamos longe disso. Parece-me, antes que os camponeses alemães não se acham absolutamente dispostos a novos gastos de aprendizagem nesse sentido. É certo que não podemos contar com uma rápida expansão das sociedades agrícolas em tal domínio. Neste momento, ainda se encontram no período das apalpadelas e das hesitações.

Ao contrário, vão indo muito bem as sociedades de compra para aquisição em comum de adubos químicos, de forragem, de sementes, de gado, de máquinas, etc. Elas progredem depressa. O número das associações agrícolas de matérias-primas era, em 1875, de 56; em 1880, de 68; 1888, de 834, em 1894, de 1.071; em 1896, de 1.085.

Além disso, havia ainda, em 1894; 214 sociedades cooperativas de instrumentos e máquinas agrícolas.

No tocante à compra de matérias-primas e de máquinas, as associações agrícolas podem desenvolver uma atividade muito útil. Trata-se aqui de uma situação simples. O mercado é conhecido. São os próprios associados que dão as suas comissões. Os fornecedores da sociedade não são pequenas explorações disseminadas, mas empresas de grande indústria ou grandes explorações agrícolas (de criadores, por exemplo).

Não podemos negar a influência benéfica dessa organizações sobre a agricultura. Elas suprimem as despesas do negócio. Na verdade, o que o lavrador ganha o intermediário perde. É admirável verificar-se que ninguém combate mais os grandes armazéns e as cooperativas de consumo de fornecem mais em conta dos gêneros aos operários do que os agrários,

esses mesmos indivíduos que se encarecem as mercadorias para os funcionários, os oficiais e os grandes proprietários. Além de suprimirem as despesas de comissão, as sociedades agrícolas de compra tem ainda a vantagem de preservar o camponês do perigo das falsificações. Mas aqui, ainda, podemos indagar se a grande exploração ganha ou não mais do que a pequena. Quando, por exemplo, a sociedade geral de Berlim fornece aos grandes proprietários territoriais carvão barato para as suas máquinas a vapor, não é esse um comportamento adequado a favorecer de modo especial os pequenos camponeses. E as associações fornecedoras de máquinas, as quais são vendidas ou alugadas aos seus membros, serão naturalmente tanto mais úteis quanto mais possam empregá-las e, por conseguinte, quanto mais considerável for a exploração. Não são evidentemente os pequenos camponeses, mas os grandes cultivadores e os grandes proprietários territoriais que tiram o lucro mais substancial das sociedades cooperativas de arados mecânicos.

Nas grandes explorações da província de Saxe, o trabalho se faz quase inteiramente a vapor. Mas poucos camponeses possuem um arado mecânico. Essas máquinas em sua maior parte pertencem às sociedades.

No congresso dos nacionalistas sociais realizado em Erfurt (setembro de 1897), Gohre exprimiu, no seu relatório a respeito, o temor de que a grande propriedade se apoderasse das cooperativas agrícolas para pô-las ao serviço de seus interesses. No congresso das cooperativas agrícolas realizado em Stettin, em 1896, o secretariado respectivo era inteiramente composto

de grandes proprietários. Entre 41 oradores, quatro pequenos lavradores apenas tomaram a palavra para breves observações. O congresso de cooperativas realizado em Dresde, em 1897, esteve todo na mão dos morgados. O ditirambo entoado por Sering, no seu relatório referido, diante da comissão de economia política, em honra das cooperativas, a pretexto de que constituem uma nova comunidade de interesses e de trabalho, expressa bem esse espírito. “Vamos nelas, unidos e em colaboração camponeses e grandes proprietários, eclesiásticos e educadores, patrões e operários”.

Essas indicações bastariam para mostrar que a cooperação é de grande importância para a agricultura moderna, mas não como recurso suscetível de eliminar a dianteira que a grande exploração leva sobre a pequena. Ao contrário, em muitos casos ela aumenta essa dianteira. Como regra geral, parece-nos muito útil as explorações médias e muito pouco às pequenas explorações.

Os trabalhos agrícolas de mais vulto não podem ser executados por associações compostas de pequenas empresas independente.

Já vimos que o arado a vapor e outras máquinas, ainda, como por exemplo os semeadores de linha, não podem ser empregados pelo pequeno camponês. Mas há a priori maquinismos de uso coletivo impossível por parte de agricultores independentes. São aqueles cuja aplicação é indispensável em certos períodos de duração limitada. Que valor poderá ter a posse de uma ceifeira por parte de uma sociedade quando todos os seus membros devem ceifar ao mes-

mo tempo? Do mesmo modo, o emprego coletivo dos debulhadores encontra dificuldades e inconvenientes fatais. O grande agricultor, que possui o seu debulhador mecânico, tem a vantagem de poder, imediatamente após a colheita, bater o trigo nos campos. Ele economiza as despesas de transporte, não precisa enceleirar antes o produto, pode vendê-lo logo depois da ceifa, aproveitando as circunstâncias favoráveis. Estas vantagens desaparecem para o associado, que deve enceleirar o seu trigo antes de batê-lo, e esperar a sua vez.

A superioridade de uma grande propriedade, composta de terras contíguas, superioridade oriunda da divisão do trabalho e da direção de um agrônomo, o que vale dizer, precisamente, a superioridade da grande exploração, isto a cooperação jamais proporciona ao pequeno camponês. Constitui, pois, uma esperança vã pretendem-se que as cooperativas bastem para a criação de métodos de cultura tão racionais quanto os da grande empresa. Se os pequenos camponeses desejam realmente ter, por intermédio da associação, as vantagens da lavoura praticada em grande escala, não devem perder-se em desvios, mas caminhar direito a esse objetivo. Não devem encurralar-se no domínio do comércio e da usura, mas transportar-se à esfera mais importante para o lavrador, qual seja a da agricultura.

É evidente que uma propriedade de vulto, cultivada pela cooperação, pode apropriar-se de todas as vantagens da grande empresa, vantagens impossíveis, ou possíveis com muito custo, através das sociedades de maté-

rias-primas, de máquinas, de crédito ou de venda. Mas, ao mesmo tempo, uma propriedade assim explorada deveria aproveitar a superioridade que o trabalho feito pelo próprio lavrador tem sobre o trabalho assalariado.

Uma sociedade desse gênero deveria, pois, ser não apenas igual, mas ainda superior à grande exploração capitalista. Mas, coisa espantosa, não há camponês que leve a sério essa espécie de associação. Talvez pudéssemos considerar ensaios tímidos nesse sentido certas sociedades de criação, por exemplo as de criação de poldros. O camponês tem, em geral, muito pouco espaço disponível e para esses animais, e é tentado a atrelá-los muito cedo, o que estraga o seu temperamento. Muitas vezes, também, não lhes pode dar cocheiras apropriadas, nem os cuidados necessários, nem a forragem conveniente. Tais inconvenientes são obviados pelas sociedades de criação de poldros, a que foi fundada em 1985 em Ihlienworth, por exemplo. Os associados nelas internam os seus animais, que passam a contar com cocheiras sadias, uma pista espaçosa e cuidados de especialistas. Mas essas associações, embora rurais, só se ocupam de acessórios da agricultura e não são mais do que um paliativo das consequências incômodas do isolamento e da exiguidade de exploração camponesa. Os defeitos desta, elas não os corrigem.

Qual a razão que anima os camponeses ao não adotarem a associação na sua exploração principal? Por que se limitam a paliativos insuficientes?

Já se tem procurado explicação para tal fato. Alega-se

que o trabalho agrícola não pode ser feito em comum e, por conseguinte, não é favorável a uma empresa por associação. Mas como prova da afirmativa só se apresenta o fenómeno que precisamente se procura explicar.

Não se compreende porque a agricultura moderna prestado-se à exploração capitalista, não se prestaria à exploração cooperativa. Seria pela simples razão de não ter sido tentada? Tal razão seria admissível se já não tivessem havido ensaios dessa espécie, e mesmo ensaios felizes.

Nos primeiros anos deste século, grandes pensadores já haviam reconhecido que a exploração capitalista seria superada não pela pequena cultura mas pela grande cultura socialista. Contudo, ainda não se compreendera que esta última haveria de exigir, para desenvolver-se e consolidar-se, uma série de condições preliminares de ordem econômica, política e intelectual. Nessa época, muitos entusiastas, entre os quais Owen o primeiro e o maior entre todos eles procuraram, com a fundação de colônias e cooperativas, realizar imediatamente o ideal de uma sociedade socialista. Todas essas tentativas malograram. As que obtiveram êxito reduziram-se, no máximo, ao esboço de uma sociedade socialista. Mas uma coisa demonstraram, de maneira irretorquível: a possibilidade de produzir-se por associação, a possibilidade de se substituírem os capitalistas individuais por instituições comunistas.

A maioria desses ensaios foram naturalmente realizados no domínio industrial. Mas houve também uma tentativa agrícola.

Foi a cooperativa de Ralahine, que triunfou admiravelmente e só deveu a sua ruína a um acidente infeliz. Esta experiência de associação é tão interessante e tão pouco conhecida que vamos reproduzir in extense a narrativa de nosso informante. Nós a transcrevemos do suplemento de Charles Bray, *Philosophy of Necessity*, II, pág. 581 e seguintes. Brentano reproduz este relatório no seu comentário do livro da Sra. Webb, *O movimento cooperativista na Grã-Bretanha*, pág. 229 (24).

“Na Irlanda, diz-nos Bray, Sir Vandaleur fez na sua propriedade de Ralahine, no condado de Clare, uma experiência de associação que foi coroada de êxito. Os seus arrendatários pertenciam à classe irlandesa mais miserável; viviam descontentes, eram pobres, corrompidos e maus. Vandaleur desejava ardentemente elevar o seu caráter e a sua situação, e teria visto com prazer, mesmo no seu próprio interesse, que os seus operários se tornavam hábeis e estáveis. Resolveu, pois, em 1830, fazer uma experiência segundo os princípios de Owen, introduzindo-lhes algumas modificações adequadas às circunstâncias, 40 operários agrícolas, mais ou menos, se dispuseram a participar de seus planos, e assim ele formou uma sociedade da qual se reservou a direção e a fiscalização superior. Arrendou-lhes a sua terra de Ralahine que compreendia 618 acres*, com cerca de 267 acres de pastagens, 283 de terras de lavoura, 63 e meio de alagadiços e 2 e meio de pomares. O solo em geral era

* 1 acre: 0,41 hectares.

bom, em certos pontos pedregoso. Havia, além do enumerado, 6 cabanas e um velho castelo, transformados então em alojamentos para os homens casados, e outras dependências, como estábulos, celeiros, etc., parcialmente utilizados na construção de um refeitório, de uma sala de reunião, de uma escola e de um dormitório para as crianças e os celibatários. Eles alugou tudo isso por 700 libras esterlinas anuais, incluindo neste preço uma serraria, uma debulhadora acionada por água e os edifícios de uma fábrica e de uma tecelagem, mas sem maquinismos. Tinham a pagar, além disso, 200 libras esterlinas pelo material, pelos animais e pelos adiantamentos feitos para se alimentarem e vestirem até a primeira colheita. Deviam viver juntos nos prédios indicados para este fim e trabalhar em comum, com um capital comum, no interesse comum. O excedente do lucro, após o pagamento do arrendamento, devia ser propriedade dos membros da sociedade maiores de 17 anos, e repartido igualmente pelos homens casados e celibatários. Deviam todos conservar em bom estado os instrumentos, as ferramentas e as máquinas, renovando-os quando fora de uso. O gado não poderia diminuir nem de número, nem de valor. O arrendamento seria pago em gêneros. Os produtos deveriam ser avaliados no primeiro ano, segundo os cursos de Limerick. Nos anos seguintes deveriam ser fornecidos as mesmas quantidades de trigo, de carne de vaca e de porco, de manteiga, etc., que no ano anterior. Quaisquer que fossem os melhoramentos introduzidos pela sociedade, o arrendamento não poderia ser aumentado. Foi estipulado a esses trabalhadores, igualmente, um aluguel de

longo curso assim que reuniram capitais suficientes para a compra de material.

Vandaleur continuava sempre como proprietário. O produto do arrendamento ultrapassou as expectativas. Em 1831, foram pagas 900£ de arrendamento; em 1832, o valor do rendimento atingia cerca de 1.700£. A sociedade recebera de adiantamento, no ano, 500£ para alimentação, o vestuário e as sementes. Adiantamentos extraordinários para a construção de cabanas, a aquisição de móveis, etc., absorveram o lucro, mas o bem-estar aumentou e a prosperidade e a felicidade se instalaram no domínio de Ralahine.

Os membros da sociedade deviam trabalhar durante o mesmo espaço de tempos, despende a mesma energia e receber o mesmo salário, na caixa comum, como se fossem cultivadores ordinários, e assim até que possuíssem um capital próprio. Para esse fim, o secretário tinha uma conta exata das horas e da natureza do serviço diário de cada qual. No fim da semana todos recebiam pelo seu trabalho um salário igual ao que Vandaleur pagava antes. A perspectiva de uma participação no lucro foi reconhecida como sendo um poderoso estímulo. Esses homens forneciam um trabalho diário duas vezes superior ao dos assalariados vizinhos. O salário descontando da caixa comum era pago em vales de serviço, que só eram aceitos na cooperativa de consumo interno. Isto permitia ao proprietário manter os associados sem adiantamentos de dinheiro, constituindo por outro lado um obstáculo à embriaguez, pois as bebidas alcoólicas não

eram vendidas na sociedade e os valores de serviço não tinham curso nos botequins.

A cooperativa só vendia mercadorias de primeira qualidade, e ao preço de atacado. Segundo o costume irlandês, as batatas e o leite constituíam a base da alimentação. O seu preço, pago pela caixa comum, era relativamente baixo. Mas as vantagens decorrentes da associação estavam em que os membros levavam um gênero de vida infinitamente superior aos dos homens de sua classe. Os trabalhadores recebiam 4 shillings por semana. As suas despesas eram com os legumes, principalmente batatas, 1 shilling, com o leite (10 quartos) de 10 pence, a lavagem de roupa, etc., 2 pence, a caixa de assistência, 2 pence, o vestuário, 1 shilling e 10 pence. As mulheres recebiam 2 shilling e 10 pence, davam 6 pence pelos legumes, 8 pelo leite, 2 pela lavagem de roupa, etc.; 1 penny e 1/4 iam para a caixa de assistência e 1 shilling e 3/4 pence para o vestuário. Os sócios casados, com alojamentos, pagavam à comunidade 6 pence de aluguel por semana e cerca de 2 pence de aquecimento. Todas as crianças, a partir de 14 meses, eram mantidas às expensas da comunidade, sem gastos para os seus pais. Até 8 ou 9 anos eram nutridas num jardim de infância, em seguida comiam no refeitório comum com os celibatários. Os adultos nada davam de seu salário para aluguel, pelo aquecimento, pelos pátios, para a escola e para os prazeres. Em média, compravam todos os artigos 50% mais baratos do que em qualquer

outra parte, e tinham na sua cooperativa mercadorias melhores. Cada sócio podia regularmente contar com um trabalho sem desemprego e com o mesmo salário. O preço dos alimentos era constante na cooperativa. Os doentes e os inválidos recebiam salários integral da caixa de assistência. Quando morria um chefe de família, a sorte desta era assegurada.

Pouco a pouco o número de sócios dobrou. Os alojamentos e o mobiliário eram limpos e bem arrumados, os alimentos bons e preparados sem desperdício. O emprego de máquinas dos dois sexos, acima de dezessete anos, se encarregavam rotativamente de afazeres domésticos. O trabalho ia, no verão, das 6 da manhã às 6 da tarde, com uma hora de repouso ao meio dia. Toda noite o comitê da administração se reunia para determinar o serviço do dia seguinte e se respeitavam o mais possível as preferências e capacidades de cada qual. Os jovens eram obrigados a aprender um ofício útil, independentemente do trabalho da terra. Cada qual, qualquer que fosse a sua função na comunidade, devia participar da atividade do campo, sobretudo nas épocas de colheita. O guarda de armazém distribuía os gêneros, o vestuário, etc., o hortelão, os produtos do pomar. Vandaleur vendia o excedente dos produtos e se ocupava das compras para a exploração agrícola e para a cooperativa. Todas as questões eram resolvidas por um conselho de arbitramento. Durante os 3 anos que durou a comunidade não se teve necessidade da intervenção de um advogado ou de um juiz de paz. Craig, o zeloso e inteligente adjunto de Vandaleur, conta-nos a admi-

ração com que os visitantes falavam de Ralahine, de um sistema que domava os selvagens irlandeses e substituía pela sua pobreza, os seus farrapos, a sua miséria, pela limpeza, pela saúde, pelo bem-estar.

É penoso lembrarmos que esta sociedade, no momento justo em que realizava os seus progressos mais rápidos, foi inesperadamente destruída, e por motivos lastimáveis. Vandaleur pertencia à aristocracia. Apesar de todas as suas qualidades, tinha um dos seus vícios. O jogo o arruinou, a ele, a sua família e sua propriedade. Assim, fugiu de seu país natal. Os credores confiscaram todas as suas terras. Sem indagar quais os direitos que poderiam ter os operários de Ralahine, só tiveram a preocupação de recuperar o que lhes fosse devido. A sociedade não fora regularmente constituída; Vandaleur não assinara contrato com ela, e assim a lei não pode protegê-la.

As organizações comunistas da América do Norte mostraram tanto quanto Ralahine os resultados soberbos que a atividade agrícola por associação pode dar com os processos modernos Nordhoff, no seu lucro sobre essas sociedades, chama-nos a atenção, repetidas vezes, para o fato de sua exploração superar à de seus vizinhos, tanto pela intensidade quanto pela utilização racional das forças disponíveis. A sua propriedade deriva sobretudo da superioridade de sua lavoura. “São excelente agricultores - diz referindo-se à comunidade de Amana – tem um belo gado, que criam com toda a solícitude dos alemães; no inverno praticam a estabulação permanente”. Os Shakers tem “ordinariamen-

te belos celeiros, e as coisas necessárias ao trabalho são arranjadas da forma melhor e nas condições mais práticas... Na agricultura, não recuam diante de nenhum cansaço; dedicam-se, lentamente, durante anos, ao arroteamento do solo, desempenham-no, fazem dele uma boa terra de plantio. Gostam das horticultura, por exemplo. Possuem um gado bonito, e os seus edifícios de explorações são em geral admiravelmente dispostos para economizar serviço”.

“A granja” (dos Perfeccionistas da América) é muito bem administrada. “Não devo deixar de dizer que (na comunidade de Aurora os pomares, as vinhas e os jardins de recreio são objeto de um trabalho racional estupendo... Não tenho dúvida de que a Aurora, com os seus pomares e outras culturas de preço, haja chegado ao que é com a metade dos gastos necessários a uma empresa privada”. A colônia de Bishop Hill “possui, em 1859, 10.000 acres de terra, e toda a propriedade se acha em excelentes condições. Ela tem o gado mais bonito do Estado”. E não constituem exceções. Nordhoff declara expressamente, no seu resumo, que as colônias comunistas de distinguem realmente pela superioridade de sua exploração.

Isto bastaria a demonstrar que o trabalho agrícola não repele absolutamente a forma associativa. Se, apesar disso, os camponeses não fazem sérias experiências para aplicá-la ao domínio próprio de sua atividade, vemos facilmente porque.

Ninguém afirmará que o trabalho industrial não possa ser feito por associação nas melhores condições. Mas vemos que, apesar disso, os artesãos, como os camponeses, não se

animam a passar da produção isolada à produção por associação. Como os camponeses eles procuram simplesmente obter no domínio do comércio ou do crédito as vantagens da grande exploração, graças à organização cooperativa. Nos dois casos, a grande exploração cooperativa só serve para prolongar a existência da pequena produção irracional, ao invés de conduzir à grande produção.

E isto é compreensível. Os artesãos não podem passar à produção cooperativa sem abandonar a propriedade de seus meios de produção. Quanto mais possuam, quanto mais, por sua união, se sintam capazes de fundar uma grande exploração à prova de concorrência, rica de capitais, tanto menos estarão dispostos a colocar sua fortuna pessoal numa caixa comum. De resto, na sociedade moderna, toda fundação desse gênero representa um salto no desconhecido, uma experiência em que o indivíduo interessado não pode contar com as suas qualidades particulares - como o comerciante que se arrisca nas especulações - mas cujo êxito depende inteiramente das qualidades, do senso social, da disciplina de outrem, atributos estes que são precisamente os nos desenvolvidos no artesão que trabalha isoladamente.

Mais ainda que para o artesão, tudo isso é válido para o homem rural. Já se considerou uma injúria para o camponês a expressão fanatismo da propriedade. Define contudo, um fato bem conhecido.

O camponês ainda está mais preso à sua parcela do que o artesão à sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente eles se ape-

ga ao seu pedaço de terra. Na América ele o abandona, ou melhor, abandonava, não há muito tempo, de muito bom grado, quando não lhe rendia bastante, para encaminhar-se para o Oeste, onde havia ainda regiões livres. Na Alemanha e na França, nenhuma privação lhe parecia excessiva a fim de conservar a sua pequena gleba, e não há preço que o assuste quando se trata de aumentá-la. Podemos imaginar as dificuldades contrapostas a uma operação tão necessária e benéfica como a reunião, num conjunto contínuo, de terrenos confusamente encravados nas propriedades de outrem.

Trata-se, aqui, apenas de uma troca de parcelas, vantajosas para os diversos interesses em jogo. Esta operação às vezes se impõem à minoria refratária de uma comuna. Já no último século, o despotismo esclarecido agia em tal sentido, não raro com grande brutalidade. Mas ainda hoje estamos longe, na Alemanha, de termos feito, de maneira geral, a fusão de numerosos lotes de terra. Podemos imaginar, portanto, como seria vã a tentativa de fundar-se uma sociedade de produção agrícola em que os participantes não apenas trocassem as respectivas parcelas, mas as cedessem à comunidade, coisa, aliás, que não poderia ser imposta aos recalcitrantes. E o camponês, em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que ao artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais.

Unicamente aqueles que só tem a perder os seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles, a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento a comunidade, a subordinação voluntária a sua lei.

Precisamos ponderar todas as fases da evolução. A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, em condições normais, da exploração artesanal ou camponesa à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção a tanto se opõe. Antes, o regime capitalista estabelece as condições preliminares da grande exploração cooperativa. Não apenas cria um exército de operários privados de meios de produção. Dá forma, também, à produção social, suscitando e exasperando a luta de classe entre capitalistas e assalariados. Os trabalhadores, assim, são compelidos à substituição da propriedade capitalista pela propriedade social dos meios de produção.

Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal

envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa. Depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho a uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer.

Inversamente, é quimérico esperarmos que o camponês, na sociedade atual, passe à produção cooperativa. Mas isto significa simplesmente que a cooperação não possa ser um meio, para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna vacilante da sociedade contemporânea. Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Mas então ele será socialista.

II) A COOPERAÇÃO NO SOCIALISMO

SOBRE A COOPERAÇÃO

- *LENIN*

Parece-me que não damos suficiente importância à cooperação. Não penso que todos compreendam que, depois da revolução de Outubro e independentemente da N.E.P.(Nova Política Econômica)¹ (pelo contrário, sob este aspecto é preciso dizê-lo: precisamente graças à N.E.P.), a cooperação adquire entre nós uma importância verdadeiramente excepcional. Os sonhos dos velhos cooperadores encerram muitas quimeras. São muitas vezes ridículos, porque fantásticos. Mas em que medida o são? Por não compreenderem o significado fundamental, essencial, da luta política da classe operária para a derrubada do domínio dos exploradores. Hoje, essa derrubada já foi levada a cabo entre nós, e muitos sonhos fantásticos, românticos mesmo, e

1. N.E.P. (Nova Política Econômica) - Designação da orientação que se sucedeu ao "Comunismo de guerra" no início dos anos vinte e que marcou uma pausa na política de coletivização empreendida pelos "Bolcheviques".

até vulgares, dos antigos cooperadores tornam-se uma realidade desprovida de qualquer artifício.

Com efeito, entre nós, sendo o poder de Estado exercido pela classe operária, e detendo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta efetivamente agrupar a população em cooperativas. Logo que a população esteja agrupada o mais possível em cooperativas, o socialismo realiza-se por si próprio, este socialismo que provocava antes legítimas zombarias, sorrisos, o desdém das pessoas convencidas com razão da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Pois bem, nem todos os camaradas se apercebem da importância enorme, ilimitada, que a cooperação assume para nós, hoje, na Rússia. Pela N.E.P. fizemos uma concessão ao camponês encarado como comerciante, ao princípio do comércio privado: daí precisamente (contra o que pensam alguns), a importância imensa da cooperação. Em suma, tudo o que precisamos, sob o regime da N.E.P., é agrupar em cooperativas camadas suficientemente amplas e profundas da população russa; porque nós encontramos hoje o meio de combinar o interesse privado, o interesse comercial privado, por um lado, e o seu controle pelo Estado, por outro, o meio de subordinar o interesse privado ao interesse geral, o que outrora era a pedra de toque para um grande número de socialistas. Com efeito, o poder de Estado sobre os principais meios de produção, o poder de Estado nas mãos do proletariado, a aliança desse proletariado com os milhões de pequenos e muito pequenos camponeses, a direção do campesinato assegurada a esse

proletariado, etc. - não é tudo quanto basta para construir o partido da cooperação, só da cooperação, que nós considerávamos antes como mercantil, e que em certos aspectos sob a N.E.P. nós temos hoje o direito de considerar do mesmo modo, não é quanto é necessário para edificar uma sociedade socialista integral? Não é ainda a construção de uma sociedade socialista, mas é tudo que é necessário e suficiente para esse efeito.

Ora, é o que subestimam muitos dos nossos militantes práticos. Encara-se a cooperação com desdém, não se compreende a excepcional importância que ela tem, primeiro no seu princípio (os meios de produção pertencem ao Estado), além disso do ponto de vista da transição para um novo estado de coisas pela via mais simples, mais fácil, mais acessível ao camponês.

Ora, é aí que está, uma vez mais, o essencial. Imaginar todas as espécies de projetos de associações operárias para construir o socialismo, é uma coisa; outra, é aprender a construir esse socialismo na prática, de modo a que qualquer camponês possa participar dessa tarefa. Foi a essa fase que hoje chegamos. Sendo assim, não há dúvidas que a aproveitamos muito insuficientemente.

Adotando a N.E.P. exageramos, não no sentido de termos reservado um lugar demasiado importante ao princípio da indústria e ao comércio livres, mas no sentido de que esquecemos a cooperação, de que hoje a subestimamos, de que começamos já a esquecer a gigantesca importância da cooperação, a partir dos dois pontos de vista acima indicados.

Do ponto de vista político, é necessário proceder de maneira que não só as cooperativas beneficiem em geral e sempre, de certas vantagens, mas também que estas sejam de ordem puramente material (taxa de juro bancário, etc.). É necessário que o Estado adiante às cooperativas fundos que ultrapasse ao menos ligeiramente os créditos que adiantamos às empresas privadas, elevando-as ao mesmo nível dos créditos consentidos à indústria pesada, etc.

Um regime social não surge sem o apoio financeiro de uma classe determinada. É inútil lembrar as centenas e centenas de milhões de rublos que custou o nascimento do capitalismo “livre”. Hoje temos de compreender e pôr em prática esta verdade: de que atualmente o regime social que temos que apoiar acima de tudo, é o regime cooperativo. Mas é preciso apoiá-lo no verdadeiro sentido da palavra; quer dizer, que não se trata de quaisquer trocas cooperativas; deve-se entender por isso o apoio a favor das trocas cooperativas nas quais participam realmente as verdadeiras massas da população. Conceder um prêmio ao camponês que toma parte nas trocas cooperativas, eis um processo absolutamente justo; mas verificar essa participação, ver até que ponto ela é consciente e de bom quilate, eis o fulcro da questão. Quando um comprador chega a uma aldeia para aí abrir uma loja cooperativa, a população, em rigor, não participa nessa fundação. Mas guiada pelo seu próprio interesse, procurará a associar-se-lhe rapidamente.

Esta questão encerra ainda um outro aspecto. Do ponto de vistas do Europeu “civilizado” sobretudo instruído,

resta-nos pouco para fazer para que a população participe ativamente, e não passivamente, nas operações das cooperativas. A bem dizer, só nos resta tornar a população “civilizada” de modo a compreender todas as vantagens que uma integração generalizada nas cooperativas oferece e que ela organize. Apenas isso. Nisto reside toda a sabedoria que no momento precisamos para passar ao socialismo. Mas este carece de toda uma revolução, toda uma época de desenvolvimento cultural das massas populares. Eis porquê devemos ter como regra refinar e intelectualizar o menos possível. Sob este aspecto, a N.E.P. constitui um progresso na medida em que se adapta ao nível do camponês mais vulgar, em que não lhe pede para que transcenda. Mas, para conseguir, através da N.E.P., que o conjunto da população tome parte nas cooperativas, é necessário toda uma época histórica. Encarando as coisas pelo melhor, podemos atingi-la dentro de dez ou vinte anos. Este não deixará de ser, por isso, um período histórico particular, e, sem passar por ele, sem se generalizar a instrução, sem uma compreensão suficiente dos negócios, sem ensinar suficientemente a população a servir-se dos livros, sem uma base material para isso, sem certas garantias, digamos, contra as más colheitas, a fome, etc. - sem tudo isso não atingiremos o nosso objetivo. Tudo está agora em saber aliar esse élan revolucionário, esse entusiasmo revolucionário, - de que demos prova em medida suficiente e que foi coroado de um sucesso total, - em saber aliá-lo (diria eu) à habilidade de um comerciante inteligente e instruído, o

que é em absoluto bastante para fazer um bom cooperador. O que para mim, é o mesmo que um comerciante civilizado. Os russos, ou simplesmente os camponeses que pensam que se ele comerciar é porque o sabe fazer deveriam meter na cabeça que isso é absolutamente falso. Ele comercia, mas daí à habilidade de um comerciante civilizado vai uma grande distância. Ele comercia à maneira asiática; enquanto para ser um verdadeiro comerciante é preciso comerciar à européia. Ora, disto ele está separado por toda uma época.

Vou concluir: é necessário conceder à cooperação uma série de privilégios de ordem econômica, financeira e bancária; é nisso que deve consistir o apoio dado pelo nosso Estado Socialista ao novo princípio de organização da população. Mas estas são apenas as linhas gerais do problema; porque falta ainda especificar e descrever detalhadamente o lado prático, ou seja, será ainda preciso determinar as modalidades dos “prêmios” (assim como as condições em que serão atribuídas) concedidas à cooperação, e que nos permitiriam auxiliar eficazmente as cooperativas, formar cooperadores civilizados. Ora, o regime dos cooperadores civilizados, quando os meios de produção pertencem à sociedade e o proletariado como classe triunfou sobre a burguesia, é o regime socialista.

(4/1/1923)

II

Sempre que tenho me ocupado da Nova Política Econômica, tenho citado o meu artigo de 1918 sobre o Capitalismo de Estado. Isso tem suscitado por diversas vezes dúvidas no espírito de alguns jovens camaradas. As suas dúvidas contudo, incidiam sobretudo em questões abstratas de ordem política.

Pensavam eles que não se devia chamar Capitalismo de Estado à um regime em que os meios de produção pertencem à classe operária, e em que esta detém o poder do Estado. Mas não notaram que me servia desse termo, em primeiro lugar para indicar a ligação histórica entre a nossa posição atual e a minha posição na polêmica contra os comunistas ditos de esquerda; o importante para mim era estabelecer a filiação entre o Capitalismo de Estado ordinário e o Capitalismo de Estado não ordinário, e mesmo extraordinário, de que falava quando expunha ao leitor a Nova Política Econômica. Em segundo lugar, o que sempre me preocupou, foi a finalidade prática. Ora, a finalidade prática da nossa Nova Política Econômica, era a de fazer concessões; estas, nas nossas condições, iam ser evidentemente uma forma pura de Capitalismo de Estado. Eis como é necessário entender as minhas considerações sobre este assunto.

Mas há ainda um aspecto do problema em que podemos ter necessidade de recorrer ao Capitalismo de Estado, ou, pelo menos, a uma confrontação com ele. Refiro-me à cooperação.

É certo que em um Estado Capitalista as cooperativas são instituições capitalistas coletivas. É certo também que, na nossa situação econômica atual, enquanto reunimos as empresas capitalistas privadas (unicamente sobre a terra pertencente à sociedade, e sob o controle do poder de Estado pertencente à classe operária) às empresas de tipo socialista propriamente dito (os meios de produção pertencem ao Estado; assim como a terra em que se encontra a empresa e toda a empresa no seu conjunto), - põs-se questão de um terceiro tipo de empresa que, do ponto de vista dos princípios, antes não constituíam uma categoria à parte, a saber, as cooperativas. Sob o Capitalismo privado, as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas como as empresas coletivas se distinguem das que são privadas. Sob o Capitalismo de Estado, as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas de Estado, primeiro como empresas privadas, além disso como empresas coletivas. No nosso atual regime, as cooperativas distinguem-se das empresas capitalistas privadas, como empresas coletivas, mas não se distinguem das empresas socialistas, se a terra onde se estabeleceram e os meios de produção pertencem ao Estado, quer dizer, à classe operária.

Eis um ponto a que entre nós se não dá suficiente importância quando se trata de cooperativas. Esquece-se que

graças ao regime particular do nosso regime político, as cooperativas adquirem entre nós importância excepcional. Abstraindo das concessões que, diga-se a propósito, nem sequer entre nós se desenvolveram consideravelmente, muitas vezes, nas nossas condições, a cooperação coincide inteiramente com o socialismo.

Eu explico-me. Os planos dos antigos cooperadores, a começar por Robert Owen, em que medidas são quiméricos? É que se sonhava transformar pacificamente a sociedade moderna pelo socialismo, sem ter em conta questões essenciais como a luta de classes, a conquista do poder político pela classe operária, a derrubada do domínio da classe dos exploradores. Eis porque temos razão para dizer que esse socialismo “cooperativo” é algo de puramente fantástico, romântico e mesmo vulgar, já que se sonha transformar os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a luta de classes numa paz de classes (paz social, como se costuma dizer), pelo simples agrupamento da população em cooperativas.

É certo que, do ponto de vista da principal tarefa da nossa época, tínhamos razão, porque sem uma luta de classes pelo poder político do Estado, é impossível realizar o socialismo.

Mas veja como as coisas mudaram agora que o poder de Estado pertence à classe operária, agora que o poder político dos exploradores foi derrubado, e que temos os meios de produção (exceto os que o Estado operário voluntariamente concede aos exploradores, a título de concessões, por certo

tempo e em certas condições) se encontram nas mãos da classe operária.

Hoje podemos dizer que o simples desenvolvimento da cooperação se identifica para nós (tendo em vista a pequena exceção assinalada acima) com o do socialismo. Ao mesmo tempo somos forçados a reconhecer que todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo mudou radicalmente. Esta mudança radical consiste no seguinte: outrora fazíamos incidir o centro da gravidade, e devíamos fazê-lo, sobre a luta política, a revolução, a conquista do poder, etc. Hoje o centro de gravidade desloca-se: incide sobre o trabalho pacífico de organização "cultural". Diria com propriedade que, para nós, o centro de gravidade se desloca no sentido da ação educativa, não fossem as relações internacionais, o dever que temos de defender a nossa posição à escala internacional. Mas se subtrairmos deste ponto para nos limitarmos às nossas relações econômicas internas, é bem verdade que presentemente o centro de gravidade do nosso trabalho incide sobre a ação educativa.

Duas tarefas essenciais que representam toda uma época, se nos oferecem. Trata-se em primeiro lugar a de refundir o nosso aparelho administrativo que não vale absolutamente nada e que herdamos, todo ele, do passado; em cinco anos de luta não tivemos tempo de modificar verdadeiramente, e não o podíamos fazer. A nossa Segunda tarefa é a de empreender uma ação cultural em prol do campesinato. Ora, esse trabalho entre os camponeses tem por objetivo econômico a cooperação. Se pudéssemos agrupá-los todos

em cooperativas, entraríamos todos no terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que essa organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma verdadeira revolução cultural.

Os nossos adversários disseram-nos muitas vezes que empreenderíamos uma tarefa insensata, querendo implantar o socialismo em um país insuficientemente culto. Mas enganaram-se: não começamos por onde teria sido necessário fazê-lo segundo a teoria (dos pedantes de toda a espécie); a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora se nos impõe.

Hoje, basta que levemos por diante essa revolução cultural para nos tornarmos um país plenamente socialista. Mas ela envolve para nós dificuldades incriveis, de ordem puramente cultural (somos analfabetos), bem como de ordem material (uma vez que para nos podermos transformar em homens cultos é necessário que os meios materiais da produção tenham atingido um certo desenvolvimento, é necessário possuir uma certa base material).

(6/1/1923)

SOBRE O PROBLEMA DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

- MAO TSÉ-TOUNG

(Relatório em 31/7/55 a uma reunião dos secretários dos comitês de províncias, municipalidades e regiões autônomas do Partido Comunista Chinês)

I

Em todo o país se prepara um novo progresso do movimento socialista das massas camponesas. Mas alguns dos nossos camaradas caminham como uma mulher com os pés atados, bamboleando-se da direita para a esquerda, e lamentando-se sempre por os outros irem depressa demais. Julgam que mostrando-se caturras por causa de bagatelas, recriminando sem razão, não deixando nunca de atormentar, e editando inúmeras proibições e ordens, acharam a orientação justa para dirigir o movimento socialista de massa nas regiões rurais.

Não, essa orientação não é de modo nenhum boa; é errada.

Atualmente, o fluxo de transformação social nos campos - sob a forma da cooperação expandiu-se já por certas regiões, e vai em breve espalhar-se por todo o país. É um movimento

revolucionário socialista de uma grande amplitude que atinge uma população rural de mais de 500 milhões de homens; é um movimento que tem uma projeção internacional extremamente importante. Devemos conduzir esse movimento de uma maneira ativa, entusiasta e planificada, e não usar de todos os meios para o entravar. Num tal movimento, aparecerão inevitavelmente certos desvios, o que é explicável, mas não difícil de corrigi-los. Pode-se procurar compensar as insuficiências ou corrigir os erros dos quadros e dos camponeses e os ajudarmos ativamente. Sob a direção do partido, os quadros e os camponeses seguem à frente; fundamentalmente o movimento é são.

Em certos locais, cometeram erros no trabalho; por exemplo de um lado impediam os camponeses pobres de aderir às cooperativas e ignoravam as suas dificuldades; por outro lado, obrigavam os camponeses médios abastados a entrar para as cooperativas e prejudicavam os seus interesses. É necessário corrigir esses erros pela educação e não limitar-se a distribuir censuras, porque assim não é possível resolver o problema. Devemos dirigir o movimento com audácia; e não como se receássemos deparar um dragão pela frente e trazer um tigre atrás de nós. Os quadros e os camponeses reeducar-se-ão pelas próprias experiências que eles próprios fizeram durante a luta. Dai-lhes a possibilidade de agir; eles aprenderão pela prática; tornar-se-ão mais capazes, e homens de grande valor aparecerão em abundância. Não é adotando a atitude que consiste em “recear um

dragão pela nossa frente e um tigre por trás de nós” que formaremos quadros. É necessário enviar para os campos grupos importantes de quadros, que tenham recebido uma formação rápida, para que guiem e ajudem o movimento cooperativo na agricultura. Mas os quadros vindos de cima terão também que aprender no próprio movimento. Seguir cursos de formação e ouvir expor em conferências princípios em série não implica necessariamente que tenham ficado aptos para o desempenho das suas tarefas.

Numa palavra, a direção não deve nunca permanecer a reboque do movimento de massa. Ora, na situação de que nos estamos a ocupar, é precisamente o movimento de massa que vai à frente da direção e esta não consegue alcançá-lo. É necessário modificar esta situação.

II

Hoje, quando vemos o movimento cooperativo desenvolver-se formidavelmente em todo o país, estamos ainda a discutir questões como estas: as cooperativas podem desenvolver-se? Podem ser consolidadas? Para certos camaradas, o nó do problema é visivelmente o de que se interrogam com inquietação sobre se algumas centenas de milhares de cooperativas de tipo semi-socialista que foram criadas - a maioria de pequena envergadura e não agrupando

mais do que vinte fogos - poderão ser consolidadas. Naturalmente, se isso não for possível, não é possível pensar em desenvolvê-las. Alguns camaradas não estão ainda convencidos pela história do desenvolvimento da cooperação durante esses últimos anos e esperam ainda ver como vão correr as coisas em 1955. Podem mesmo esperar ainda um outro ano, até 1956; e só se então constatarem que um número maior de cooperativas estão solidamente implantadas acabarão por admitir que há possibilidade de cooperação na agricultura e que a política do comitê central de nosso partido é correta. É por essa razão que o trabalho durante este ano e o próximo é muito importante.

Para mostrar as possibilidades abertas à cooperação agrícola, para mostrar que a política do Comitê Central de nosso Partido sobre a cooperação agrícola é correta, tem sem dúvida interesse para nós expor aqui a história do movimento de cooperação agrícola no nosso país.

Durante os vinte e dois anos de guerra revolucionária que precederam a fundação da República Popular da China, o nosso partido adquiriu experiência para dirigir os camponeses, depois da reforma agrária, na organização dos grupos de entre ajuda para a produção agrícola com um caráter socialista rudimentar. Existiam nessa época grupos de entre ajuda no trabalho e equipes de trabalho na província de Kiangsi, equipes de troca de trabalho no norte de Chensi e equipes de entre ajuda em diversas regiões da China do Norte, do Leste e do Nordeste. Viram-se aparecer casos

isolados de cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista ou socialista. Durante a guerra contra os invasores japoneses, por exemplo, uma cooperativa agrícola de produção do tipo socialista estabeleceu-se no distrito de Ausai no norte de Chensi, mas nessa época a criação de cooperativas desse gênero não estava ainda generalizada.

Só depois da fundação da República Popular da China o nosso partido levou os camponeses a organizar equipes de entreajuda para a produção agrícola numa escala ainda mais vasta e começou a organizar em grande número cooperativas agrícolas de produção baseadas em equipes de entre ajuda; isso remonta portanto a seis anos atrás.

Estas cooperativas encontram-se na sua maior parte nas diferentes províncias do Norte que foram as primeiras a serem libertadas. Na maioria das províncias libertadas mais tarde, foi estabelecido um certo número de cooperativas agrícolas. O seu número era bastante elevado no Anhovei e no Tchékiang, mas ainda fraco nas outras províncias.

Regra geral, essas cooperativas são de pequena envergadura, no entanto há entre elas um reduzido grupo de grandes que agrupam 70 a 80 fogos, algumas delas agrupando mais duma centena e mesmo até várias centenas.

Em geral, também essas cooperativas são de tipo semi-socialistas, mas um pequeno número entre elas passou ao estágio superior e tornaram-se cooperativas de tipo socialista.

De harmonia com o desenvolvimento do movimento cooperativo na produção agrícolas entre os camponeses, um

pequeno número de quintas de Estado socialistas foram já criadas no nosso país.

Em 1957, contar-se-ão 3.038 quintas do estado cultivando 16.870.000 “mou”² de terra. Nesse número estarão compreendidas 141 explorações mecanizadas (as que existiam já em 1952 mais as que terão sido criadas durante o primeiro quinquênio) cultivando 7.580.000 “mous”. O número de quintas do estado não mecanizadas, dependendo da administração local, será de 2.897, cultivando 9.290.000 “mous”. Durante os períodos abrangidos pelo segundo e terceiro planos quinquenais, assistir-se-á a um grande desenvolvimento do setor de Estado da agricultura.

Na primavera de 1955, o Comitê Central do nosso Partido decidiu que o número das cooperativas agrícolas de produção deveria ser levado para 1 milhão. Isto representa um aumento ligeiramente superior a 50% - ou seja 350.000 mais do que as 650.000 precedentes. Acho que esse aumento é insuficiente. Será sem dúvida necessário duplicar, aproximadamente, as 650.000 para levar o número das cooperativas a cerca de 1.300.000, a fim de estabelecer uma ou várias pequenas cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialistas, podendo servir em cada um dos aproximadamente, 200.000 cantões³ do nosso país, exceção feita a certas regiões fronteiriças. Estas novas cooperativas

2. 15 mous = 1 hectare

3. O cantão é uma divisão administrativa que compreende uma ou várias aldeias.

adquirirão experiência e dentro de um ano ou dois tornar-se-ão então “veteranos” junto das quais as outras poderão aprender. Nos catorze meses que nos restam de agora até à colheita de outono de Outubro de 1956, deve ser possível realizar um tal plano de criação de cooperativas. Espero que os camaradas responsáveis nas diferentes províncias e regiões estudarão no seu regresso para casa essa questão, elaborarão um plano apropriado às condições específicas e dirigirão um relatório ao Comitê Central dentro de dois meses. Rediscutiremos então o problema para chegar a uma decisão definitiva.

A questão está em saber se é possível consolidar as cooperativas. Há quem afirme que o plano do ano passado, que comportava o estabelecimento de 500.000 cooperativas, era demasiado ambicioso, demasiado aventureiro e que o plano de estabelecer para este ano 350.000 apresenta os mesmos defeitos. Criando-se tantas cooperativas que há quem se interrogue sobre se é possível consolidá-las.

É efetivamente possível?

É evidente que nem a industrializada socialista, nem a transformação socialista são coisas fáceis. São com efeito muitas as dificuldades para transformar cerca de 110 milhões de explorações camponesas individuais em explorações coletivas e para realizar a transformação técnica na agricultura. Mas nós temos de nos convencer

de que o nosso Partido é capaz de conduzir as massas para vencer essas dificuldades.

No que diz respeito à cooperação agrícola penso que temos de nos convencer de duas coisas: primeiro, de que os camponeses pobres e as camadas inferiores dos camponeses médios, novos e antigos⁴ revelam um vivo desejo de escolher a vida socialista e correspondem com entusiasmo ao apelo lançado pelo nosso Partido a favor da cooperação - os camponeses pobres porque a sua situação econômica é difícil e as camadas inferiores dos camponeses médios porque a sua vida, ainda que melhor depois da Libertação, não se tornou ainda muito fácil. Particularmente ativos são aqueles cujo nível de consciência é relativamente mais elevado.

Em segundo lugar, que o nosso Partido é capaz de conduzir o povo de todo o país à sociedade socialista. O nosso Partido conduziu à vitória uma grande revolução democrática popular, criou a ditadura democrática popular encabeçada pela classe operária, pode certamente conduzir o nosso povo a realizar no essencial a industrialização socialista e a transformação socialista da agricultura, do artesanato e da indústria e do comércio capitalistas em aproximadamente três quinquênios. A agricultura, como os outros domínios, dá-nos disso provas poderosamente convincentes. Considerai

4. Os antigos camponeses médios são os que pertenciam já a essa camada do campesinato antes da reforma agrária, e os novos camponeses médios aqueles que acenderam a essa camada depois da reforma agrária.

por exemplo o primeiro grupo de 300 cooperativas, o segundo de 13.700 e o terceiro de 86.000, ou seja um total de 100.000; todas essas cooperativas foram criadas antes do outono de 1954, e todas foram consolidadas. Então porque é que o quarto grupo de 550.000 cooperativas que se constituíram de 1954 a 1955 e o quinto grupo de 350.000 (este é um número de base provisório; espera-se ainda a decisão definitiva) que devem ser estabelecidos de 1955 a 1956 não seriam igualmente consolidados?

Devemos ter confiança nas massa; devemos ter confiança no nosso Partido: eis dois princípios fundamentais. Se tivermos a menor dúvida a estes respeito, nada poderemos fazer.

III

Para por em prática gradualmente a cooperação agrícola em todo o campo chinês, temos de proceder a uma série revisão das cooperativas já criadas.

Devemos dar a maior importância a qualidade das cooperativas. Devemos lutar contra qualquer tendência conducentes a negligenciar a qualidade e em concentrar unicamente os esforços no crescimento do numero das cooperativas ou no do número das famílias camponesas que entram nelas. E por isso que e necessários dar uma grande atenção ao trabalho de revisão das cooperativas.

Este deve efetuar-se não uma vês, mas duas ou três vezes por ano. Um certo número de cooperativas procederam já a essa revisão durante o primeiro semestre deste ano (parece que em alguns sítio esse trabalho foi realizado dum modo bastante superficial, sem que lhe tivessem dado grande importância). Proponho a efetivação duma Segunda revisão durante o outono e o inverno deste ano, e duma terceira na primavera e durante o verão do próximo ano. Em 650.000 cooperativas já criadas, 550.000 são novas e foram estabelecidas durante o inverno e a primavera passados. Entre elas há as que se chamam cooperativas de primeira categoria que estão bem consolidadas. Se as acrescentarmos as 100.000 antigas já consolidadas, o número destas cooperativas ascende a um total bastante bom. Essas cooperativas já consolidadas não poderiam levar gradualmente as outras a consolidarem-se elas também? É certo que sim.

Temos de cultivar cuidadosamente e não entrar qualquer iniciativa socialista manifestada pelos camponeses ou pelos quadros. Devemos partilhar a sorte dos membros e dos quadros das cooperativas, e dos quadros dos distritos, bairros e cantões, respirar o mesmo ar que eles e não arrefecer a sua iniciativa.

É somente quando todos ou quase todos os membros de uma cooperativa resolveram não continuar que se pode tomar a decisão de liquidar a cooperativa. Se há apenas alguns membros que decidiram não prosseguir, deve-se permitir-lhes que se retirem, enquanto a maioria dos membros

continua. Se é a maioria que está decidida a não prosseguir, e uma minoria é de opinião contrária, então que a maioria se retire e a minoria continue. Mesmo uma tal solução é preferível à liquidação completa. Numa cooperativa muito pequena, agrupando apenas seis famílias na província de Hopei, três famílias de antigos camponeses médios recusaram-se redondamente a continuar e retiraram-se. As três outras famílias de camponeses pobres, tomaram a decisão de continuar a todo o custo; persistiram e a cooperativa foi salva. Na verdade, a orientação adotada por essas três famílias de camponeses pobres é a dos quinhentos milhões de camponeses do conjunto do país. Todos os camponeses que trabalham individualmente acabarão por seguir a via por que optaram estas três famílias de camponeses pobres.

Após a adoção da política que chamaram de “severa redução” na província de Tchékiang - e sem que tenha havido decisão do Comitê do Partido dessa província - entre as 53.000 cooperativas da província, 15.000 englobando 400.000 fogos camponeses foram dissolvidas de uma só vez. Isto causou um vivo descontentamento entre as massas e os quadros e foi um erro. Uma política de “severa redução” deste gênero foi decidida em um momento de terrível desorientação. Foi também um erro tomar uma medida de uma tal importância sem pedir o acordo do Comitê Central, tanto mais que, em abril de 1955, este último tinha feito a advertência seguinte: “Não repitam os erros cometidos em 1953 procedendo a uma dissolução massiva das cooperativas,

senão ser-vos-á preciso ainda fazer a vossa auto-crítica”. Mas certos camaradas preferem fazer orelhas moucas.

Em fase do êxito, é necessário, creio eu, desconfiar de duas tendências perigosas: uma, é a de se deixar embriagar pelo êxito, o que conduz à auto-suficiência e daí aos erros esquerdistas. Naturalmente, isso não significa nada. A Segunda, a de ficar esmagado pelo êxito, o que conduz à política de severa “redução” que acabamos de mencionar, que é um erro de direita. Essa tendência é também má. De momento é a segunda tendência que prevalece. Alguns camaradas permanecem esmagados pelo aparecimento de centenas de milhares de pequenas cooperativas.

IV

O trabalho preparatório antes da criação das cooperativas deve ser feito seriamente e com rigor.

É necessário velar, desde o início, pela qualidade das cooperativas; é necessário combater a tendência para apenas se preocuparem com o seu número.

Não desencadeiem qualquer batalha que não tenha sido bem preparada, qualquer batalha cujo resultado seja incerto: eis a palavra de ordem bem conhecida do nosso Partido durante as guerras revolucionárias passadas. Esta palavra de ordem é também válida para a tarefa de edificação socialista.

Se quereis estar seguros da vitória, é necessário realizar trabalho preparatório e a fundo. É necessário realizar muitos trabalhos de aproximação se quereis organizar um grupo de novas cooperativas agrícolas de produção numa província, numa região administrativa ou num distrito. Esse trabalho consiste essencialmente: 1º em criticar concepções erradas e em fazer o balanço da experiência adquirida durante o trabalho; 2º em popularizar sistematicamente e sem descanso entre as massas camponesas a orientação, a política e os métodos de trabalho do nosso Partido na questão da cooperação agrícola; e, desse modo, explicar às massas camponesa não só as vantagens da cooperação mas também as dificuldades com que se podem deparar durante a sua realização, para que os camponeses estejam plenamente preparados no plano moral; 3º tomando em consideração a situação real, elaborar de conjunto de desenvolvimento da cooperação agrícola para uma província inteira, uma região administrativa, um distrito, um conselho ou um cantão, e sobre essa base estabelecer um plano anual; 4º formar quadros para as cooperativas em cursos rápidos; 5º estender largamente o desenvolvimento das equipes de entre ajuda para a produção agrícola, e, sempre que possível, levá-los a unirem-se para formar grupos de entre ajuda unificados, de modo a lançarem as bases de uma colaboração mais intensa com vista à criação de cooperativas.

Preenchidas estas condições, será possível, desenvolvendo as cooperativas, resolver no essencial o

problema que consiste em ter em conta quer a quantidade, quer qualidade destas. Mas isso não nos dispensa de, desde que um grupo de cooperativas se cria, empreender imediatamente a sua revisão.

A possibilidade de consolidar um grupo de cooperativas depois da sua criação depende em primeiro lugar do modo como foi antes efetuado o trabalho de aproximação, e em segundo lugar o modo como foi depois conduzido o trabalho de revisão.

A criação e o trabalho de revisão das cooperativas devem efetuar-se com apoio nas seções de cantão do Partido e da liga da Juventude. É por isso que essas tarefas devem ser estreitamente ligadas com a de edificar e de consolidar as organizações do Partido e da Liga da Juventude no campo.

Os quadros rurais locais devem ser a cravelha mestra quer da criação, quer do trabalho de revisão das cooperativas; devem ser apoiados no seu trabalho, mas também assumir as suas responsabilidades. Os quadros enviados “de cima” servirão como força auxiliar; o seu papel é o de guiar e de ajudar, e não o de ter tudo na mão.

V

As cooperativas agrícolas de produção têm de obter um nível mais elevado de produção do que os camponeses

individuais e de que as equipes de entre ajuda. Não se pode por certo admitir que a sua produção se conserve no nível atingido pelos camponeses individuais ou pelas equipes de entre ajuda; seria então um fracasso. Para quê, nesse caso, criar cooperativas? Ainda menos se pode admitir que a produção diminua. Mais de 80 % das 650.000 cooperativas agrícolas de produção atualmente constituídas tem efetivamente aumentado a sua produção. É um quadro reconfortante que testemunha a grande atividade das cooperativas para aumentar a produção e a sua superioridade entre as equipes de entre ajuda, e mais ainda sobre os camponeses que trabalham individualmente.

Para aumentar o volume da produção agrícola é preciso: 1º aplicar estritamente o princípio do livre consentimento e do benefício mútuo; 2º melhorar a gestão (planificação e direção do trabalho na produção, organização do trabalho na produção, etc.); 3º melhorar as técnicas agrícolas (trabalhos em profundidade, cultura intensiva, plantação cerrada, aumento das superfícies onde se efetuam várias colheitas por ano, emprego de sementes selecionadas, popularização de aparelhos aratórios modernizados, luta contra as doenças das plantas e dos parasitas animais, etc.); e 4º aumentar os meios de produção (a terra, o adubo, as obras hidráulicas, os animais de tração, os instrumentos aratórios, etc.). São estas as condições indispensáveis para consolidar as cooperativas e assegurar o aumento da produção.

No que diz respeito à estrita observação do princípio do livre consentimento e do benefício mútuo, precisamos atualmente procurar resolver as seguintes questões:

1. É preferível protelar a entrega à cooperativa dos animais de tração e dos grandes instrumentos aratórios por um ano ou dois? Foram calculados os seus preços com razoabilidade e os reembolsos não foram escalonados por um prazo demasiadamente alargado?
2. A relação entre a quota-parte a receber pela terra e a correspondente ao trabalho é justa?
3. Como pode a cooperativa acumular fundos para os seus investimentos?
4. Certos membros podem consagrar uma parte do seu trabalho a produções auxiliares? (Considerando que as cooperativas agrícolas de produção que nós criamos atualmente são em geral do tipo semi-socialista, deve-se ter o cuidado de resolver convenientemente estas quatro questões para evitar infligir o princípios do benefício mútuo para os camponeses médios assim como para os camponeses pobres. O livre consentimento apenas se pode basear nesse princípio.)
5. Que extensão de terra é necessário deixar aos membros das cooperativas para a exploração individual?
6. A questão da composição social da cooperativa, e assim por diante.

Queria abordar agora a questão da composição social da cooperativa. Penso que dentro de um ou dois anos, em todas

as regiões onde as cooperativas começam a desenvolver-se, onde acabam apenas de ser estabelecidas, quer dizer atualmente na maior parte das regiões, devemos em primeiro lugar procurar organizar os elementos ativos das camadas seguintes rural: 1º Os camponeses pobres, a camada inferior dos novos camponeses médios, a camada inferior dos antigos camponeses médios. Os elementos desta camada que de momento não são ativos não devem ser levados contra a vontade para as cooperativas. É necessário esperar a sua consciência política se desenvolva, que se interessem pelas cooperativas, e depois fazer que eles entrem por grupos. Estas camadas da população estão bastante próximas umas das outras pela sua situação econômica. Ou os camponeses levam ainda uma vida difícil (e o caso dos camponeses pobres que receberam terras e cuja vida melhorou muito depois da libertação, mas que estão ainda perante dificuldades de vidas a falta de mão-de-obra, de animais de tração ou de instrumentos aratórios), ou não são ainda muito abastados (é o caso da camada inferior dos camponeses médios). Eles sentem pois um vivo desejo de organizar cooperativas. Mas no entanto, por razões diversas, o grau do seu entusiasmo varia: alguns desenvolvem uma grande atividade, outros de momento não estão muito ativos, enquanto outros ainda preferem assistir aos acontecimentos. Precisamos pois durante um certo tempo de continuar o nosso trabalho de educação entre aqueles que de momento hesitam em entrar nas cooperativas, mesmo tratando-se de camponeses pobres ou pertencendo a camada inferior dos camponeses médios, e

esperar pacientemente que sua consciência política se desenvolva, não é caso para violar o princípio do livre consentimento e leva os camponeses para as cooperativas contra a sua vontade.

Quanto aos camponeses que pertencem a camada superior dos camponeses médios, antigos ou novos, que dizer, camponeses dispendo dum certo bem-estar, exceto aqueles que se tornaram já conscientes de que devem escolher a via do socialismo e que querem verdadeiramente aderir as cooperativas - as quais poderão ser admitidos - não é necessário levar cada um deles a entrar para já nas cooperativas e ainda menos leva-los para lá a força. A razão está em que eles não são ainda suficientemente conscientes para enveredarem pelo caminho do socialismo, só se resolverão a entrar para as cooperativas quanto a maioria da população rural tiver aderido e quanto o rendimento por mou das terras das cooperativas for igual ou superior ao das terras desses camponeses médios abastados, e quando eles se convencerem que não tem nada a ganhar em trabalhar individualmente e que tem mais interesse em participar na cooperativa.

Assim, pois, a primeira coisa a fazer é dividir aqueles que são pobres ou que não são ainda abastados (representam em conjunto 60 a 70% de toda a população rural) em grupos segundo o seu grau de consciência política, e de os organizar nos próximos anos em cooperativas, para depois lá integrar os camponeses médios abastados. É assim que se conseguirá evitar o autoritarismo.

Nos anos mais próximos, não devemos de modo nenhum, nas regiões onde a maioria da população não se juntou ao movimento cooperativo, admitir os proprietários da terra e os camponeses ricos nas cooperativas. Nas regiões onde a maioria da população enveredou pela cooperação, as cooperativas que estão solidamente estabelecidas podem, em certas condições, e por grupos escalonados, admitir como membros antigos proprietários da terra ou camponeses ricos que tenham há muito tempo renunciado à exploração, que estão agora empenhados no trabalho e que respeitam a lei, permitindo-lhes assim tomar parte no trabalho coletivo e continuar por isso mesmo a emendarem-se.

VI

A propósito do desenvolvimento das cooperativas, a tendência que temos de criticar atualmente não é a de avançar com excessiva rapidez. É um erro imaginar que o ritmo atual de desenvolvimento das cooperativas “ultrapassou as possibilidades reais” ou “ultrapassou o nível de consciência das massas”. A situação da China é esta: dada a sua enorme população, a superfície das terras cultivadas é insuficiente (contam-se três mous de terras por cabeça no conjunto do país, e em muitas regiões do sul a média baixa para um mou

por cabeça ou ainda para menos); dada a frequência das calamidades naturais (todos os anos um grande número de explorações agrícolas sofrem em maior ou menor medida com as inundações, a seca, o vento, a geada, o granizo ou os parasitas) e os métodos de culturas retrógrados, embora desde a Reforma Agrária o nível de amplas massas camponesas tenha melhorado, até por vezes de maneira considerável, muitos camponeses tem que ainda superar dificuldades e não atingiram ainda a abastança; os que estão à vontade são ainda relativamente pouco numerosos. É por todas essas razões que há na maioria dos camponeses um vivo desejo de enveredar pela via do socialismo que a industrialização do nosso país e as suas realizações não cessam de intensificar. Para eles, a única saída é o socialismo. Esses camponeses representam 60 a 70 % de toda a população rural. Quer dizer que para a grande maioria dos camponeses, se querem libertar-se da penúria, melhorar o nível de vida e as calamidades naturais, não tem outra saída senão unirem-se e avançar na via do socialismo. Essa evidência impõe-se cada vez mais fortemente ao espírito das massas de camponeses pobres ou pouco abastados. Os camponeses que gozam de abastança ou que são relativamente abastados representam apenas 20 a 30 % da população rural. Estão hesitantes. Alguns procuram claramente escolher a via do capitalismo. Há também, como acima disse, um grande número de camponeses pobres ou pouco abastados que, em virtude do baixo nível da sua consciência política, preferem ainda esperar e permanecem irresolutos. Mas em

comparação com os camponeses abastados, é-lhes mais fácil aceitar o socialismo. É esta a situação atual.

No entanto, alguns dos nossos camaradas ignoram estes fatos e pensam que algumas centenas de milhares de pequenas cooperativas agrícolas de produção de caráter semi-socialista que acabaram de ser criadas “ultrapassaram as possibilidades reais” ou “ultrapassaram o nível de consciência das massas”. Isto significa que eles contam apenas com os camponeses ricos cujo número é relativamente pequeno, e esquecem os camponeses pobres e não abastados que são a esmagadora maioria. É a primeira concepção errada.

Estes camaradas subestimam o papel dirigente do Partido no campo e o apoio entusiasta que lhe dá a massa dos camponeses. Pensam que o Partido sentirá dificuldades de consolidar algumas centenas de milhares de pequenas cooperativas, e, para mais, consideram inconcebível um grande desenvolvimento da cooperação na agricultura. Descrevem com pessimismo a marcha atual do trabalho do Partido no que diz respeito à direção da cooperação agrícola e consideram que “o nível atingido pela experiência dos quadros está ultrapassado”. É certo que a revolução socialista que empreendemos é uma nova forma de revolução; temos apenas a experiência da revolução democrática burguesa, e não da revolução socialista. Mas como adquirir uma tal experiência? Será de ficar parado, de braços cruzados, ou de entrarmos na luta pela revolução socialista e aprender durante o combate? Se não realizarmos o plano quinquenal, se não

nos lançarmos ao trabalho para realizar a industrialização socialista, como poderemos nós esperar adquirir a experiência da industrialização? Há uma parte do plano quinquenal que trata da cooperação na agricultura. Se não formos guiar os camponeses para que eles organizem uma ou várias cooperativas agrícolas de produção em cada cantão ou em cada aldeia, como poderão os quadros adquirir experiência e enriquecê-la? É evidente que a concepção segundo a qual o desenvolvimento atual das cooperativas agrícolas de produção “ultrapassa o nível alcançado pela experiência dos quadros” é falso. É a Segunda concepção errada.

O modo como esses camaradas encaram as coisas não é correto. Não conseguem aprender os aspectos fundamentais e princípios das questões e dão relevo aos aspectos não fundamentais e secundários. Não digo que estes devam ser negligenciados: é necessário resolvê-los um a um. Mas não devemos confundi-los com os aspectos fundamentais e principais, porque isso impedir-nos-ia de divisar corretamente a nossa orientação.

Devemos ter a firme convicção de que: 1º as massas camponesas querem avançar progressivamente, sob a direção do Partido, pela via do socialismo; e 2º que o Partido é capaz de conduzir os camponeses por esse caminho. Estes dois pontos constituem o fundo da questão, o seu aspecto principal. Se não estivermos convencidos disso, ser-nos-á impossível, em aproximadamente em três quinquênios edificar o socialismo.

VII

A grande experiência histórica da União Soviética na edificação do socialismo encoraja o nosso povo inspira-lhe confiança na edificação do socialismo na China. No entanto, há diferentes maneiras de pensar, mesmo a partir dessa experiência internacional. Alguns camaradas desaprovam a orientação do Comitê Central do Partido que consiste em incentivar ao mesmo tempo o desenvolvimento da cooperação agrícola e a industrialização socialista, orientação correta que deu as suas provas na União Soviética. Consideram que o ritmo de desenvolvimento fixado para a industrialização está perfeitamente certo, mas que não é necessário que a cooperação agrícola avance com a mesma rapidez, e que ela deve de fato desenvolver-se em um ritmo extremamente lento. É não ter em conta a experiência da União Soviética. Esses camaradas não compreendem que a industrialização socialista não pode ser realizada isoladamente e sem ligação com a cooperação agrícola. Em primeiro lugar, como todos sabem, o nível da produção de cereal vendável e de matérias primas industriais é muito baixo atualmente na China, enquanto que a procura do país, no que diz respeito a estes produtos, aumenta de ano para ano. Há nisto uma contradição aguda. Se, num período de cerca de três quinquênios, não formos capazes de resolver no essencial o problema da cooperação agrícola, quer dizer, saltar da pequena exploração camponesa

com uma utensilagem aratória de tração animal para a grande exploração camponesa mecanizada - incluindo a realização sob a direção do Estado, de vastos trabalhos de arroteamento efetuados por grupos de trabalhadores deslocados para esse fim e possuindo equipamento mecanizado (está previsto desbravar 400 a 500 milhões de m² de terra virgens no espaço de três quinquênios), não conseguiremos resolver a contradição existente entre o aumento da procura de cereal vendável e de matérias primas industriais e a produção atual geralmente pouco elevada dos principais produtos agrícolas. Se assim fosse, a nossa industrialização socialista depararia com enormes dificuldades; não seríamos capazes de realizar. Este problema pôs-se também para a União Soviética durante a sua edificação socialista. Ela resolveu-o dirigindo-a planificadamente e desenvolvendo a cooperação agrícola. Nós também só conseguiremos solucionar esse problema aplicando o mesmo método.

Em segundo lugar, alguns camaradas nossos pensam na interdependência dos dois fatores seguintes: a indústria pesada - chave da industrialização socialista, que fornece à agricultura os tratores e outras máquinas agrícolas, os adubos químicos, os meios de transporte modernos, o petróleo e a energia elétrica, etc. - e o fato de todas estas produções só poderem ser utilizadas, e por maioria de razão numa grande escala, na base da grande exploração agrícola em cooperativas. A revolução que prosseguimos não comporta apenas do ponto de vista do sistema social a passagem da propriedade privada

para a propriedade coletiva, mas também, do ponto de vista da técnica, a passagem da produção artesanal para a produção numa grande escala graças a um equipamento moderno mecanizado. Estas duas revoluções estão ligadas. Dadas as condições específicas do nosso país (nos países capitalistas a agricultura segue uma orientação capitalista), no domínio da agricultura, a cooperação deve preceder o emprego da mecanização intensiva. Podemos ver assim que a indústria e a agricultura, a industrialização socialista e a transformação socialista da agricultura são duas questões inseparáveis, e que não se podem abordar isoladamente. Além disso, não se deve de modo nenhum subestimar uma e subestimar outra. A experiência soviética, uma vez mais, mostra-nos o caminho. No entanto, alguns dos nossos camaradas, sem prestar atenção a isso, consideram sempre esses problemas isoladamente como se não tivessem nenhuma relação entre eles. Por outro lado, existem ainda dois fatores entre os quais alguns de nossos camaradas não vêem a interdependência: são necessários fundos enormes para levar a bom termo a industrialização do país assim como a transformação técnica da agricultura, e é a agricultura que pode fornecer uma parte importante desses fundos. Estes, à parte o imposto agrícola direto, provém igualmente do desenvolvimento da indústria ligeira. Com efeito, a indústria ligeira produz grande quantidade de bens de consumo de que os camponeses têm necessidade, e estes trocam o seu cereal vendável e as suas matérias primas para a indústria ligeira por essas mercadorias. Assim, as necessidades

materiais quer dos camponeses, quer do Estado, serão satisfeitas e serão acumulados fundos para o estado. Mas o desenvolvimento da indústria ligeira em grande escala implica o desenvolvimento, não só da indústria pesada, mas também da agricultura. A razão disso é que o desenvolvimento da indústria numa grande escala não pode ser realizado com base na pequena economia camponesa; apenas se pode basear na grande exploração camponesa, o que significa, no caso da China, a organização socialista da agricultura em cooperativas. Só este tipo de agricultura pode permitir aos camponeses adquirirem um poder de compra impossível de comparar àquele que possuem atualmente. Isto é igualmente confirmado pela experiência da União Soviética, mas alguns dos nossos camaradas não levam isso em conta. Continuam na posição da burguesia, dos camponeses ricos e dos camponeses médios abastados que têm uma tendência espontânea para o capitalismo, e pensam nos interesses da minoria, em vez de pensarem nos interesses de todo o país e de todo o povo.

VIII

Alguns camaradas encontraram mesmo na história da União Soviética razões para criticar o que eles chamam a tendência para avançar demasiado depressa no

desenvolvimento atual da cooperação agrícola do nosso país. A história do P. C. da URSS não diz que na União Soviética muitas organizações locais do Partido, num dado momento, sob a influência dessa tendência, cometeram erros na questão do ritmo de desenvolvimento da cooperação? Devemos negligenciar essa experiência?

Considero que devemos prestar atenção a essa experiência da União Soviética, que devemos lutar contra qualquer tendência de avançar demasiado rapidamente, qualquer empreendimento feito sem ter preparação e sem ter em conta o nível de consciência política atingido pelas massas camponesas. Mas não devemos permitir a alguns dos nossos camaradas que utilizem esta experiência da União Soviética para camuflar concepções de que se valem para só avançarem a reboque.

Qual é a decisão do Comitê Central do nosso Partido sobre a realização da cooperação agrícola na China?

Em primeiro lugar considera que o plano deve ser realizado, no essencial, em dezoito anos. Um pouco mais de três anos, desde a fundação da República Popular da China em 1949 até 1952, foram consagrados ao estabelecimento da nossa economia. Durante esse período, no domínio da agricultura, completamos a reforma agrária, restabelecemos a produção agrícola, e mais até, fizemos progredir consideravelmente a organização de equipes de entre ajuda

para a produção agrícola e começamos a criar cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista em todas as antigas regiões libertadas. Conseguimos alguma experiência durante este trabalho. Depois, foi o primeiro plano quinquenal que entrou em aplicação a partir de 1953. Faz agora três anos que está decorrer a sua realização e o nosso movimento de cooperação na agricultura espalhou-se já por todo o país; a nossa experiência também se enriqueceu. Da fundação da República Popular da China até ao termo do terceiro plano quinquenal. Durante este período, de harmonia com a realização, no essencial, da industrialização socialista e da transformação socialista do artesanato e da indústria e do comércio capitalistas, propomo-nos também no fundamental a transformação socialista da agricultura. É possível? A experiência soviética prova-nos isso. A guerra civil na União Soviética terminou em 1920. A organização da agricultura em cooperativas foi realizada em 17 anos, de 1921 a 1937. A maior parte dessa tarefa foi efetuada em 6 anos, de 1929 a 1934. Durante este período, se algumas organizações locais do Partido na União Soviética, como o relata precisamente A História do P. C. da URSS, cometeram o erro de se deixarem “embriagar pelo sucesso”, esse erro foi prontamente retificado. Em conclusão, a União Soviética, graças a árduos esforços, realizou com sucesso a transformação socialista de toda a sua agricultura e ao mesmo tempo levou a um bom termo uma vasta refundição da técnica agrícola. É essa experiência da União Soviética que nos serve de modelo.

Em segundo lugar, aplicamos um método de progressos graduais no domínio da transformação socialista da agricultura. No campo, o primeiro passo é chamar os camponeses, com base no princípio do livre consentimento e do benefício mútuo, a organizar equipes de entre ajuda que apenas contém em si alguns germens do socialismo, e em que cada um engloba desde algumas famílias até mais de uma dezena. O segundo passo é chamar os camponeses, apoiando-se nessas equipes de entre ajuda, e respeitando sempre o princípio do livre consentimento e do benefício mútuo, a organizar pequenas cooperativas agrícolas de produção, de tipo semi-socialista, tendo por traço distintivo a entrada das terras como participação, e uma gestão única. Só depois de concluídas essas duas iniciativas poderemos empreender a terceira, a qual compreende em chamar os camponeses, apoiando-se nessas pequenas cooperativas de tipo semi-socialista e sempre de acordo com o princípio do livre consentimento e do benefício mútuo, a unirem-se ainda mais para organizarem grandes cooperativas agrícolas de produção de caráter completamente socialista. Encaramos estas etapas para permitir aos camponeses elevarem gradualmente o seu nível de consciência socialista com base na sua própria experiência, transformar pouco a pouco o seu modo de vida para sentirem menos a brusquidão da mudança que se verifica. Estas medidas permitirão evitar no essencial que haja diminuição de produção durante um certo tempo (um ou dois anos, por exemplo); mais até, elas devem garantir de ano para ano um aumento da produção. E

isto é perfeitamente realizável. Entre as 650.000 cooperativas que atualmente existem, 80 % delas registraram um aumento da produção; mais de 10 % entre elas não tiveram nem aumento nem baixa de produção; e, para o resto, houve uma baixa de produção. Os dois últimos casos não são nada brilhantes e os casos das cooperativas que registram uma baixa de produção é particularmente mau. É preciso fazer um grande esforço para proceder ao trabalho de revisão de tais cooperativas. Uma vez que cerca de 80 % do número total de cooperativas tiveram um aumento de produção (aumento que vai de 10 a 30 %), e uma vez que mais de 10 % de dentre elas não aumentaram nem diminuíram a produção durante o primeiro ano, deve assim ser possível para estas últimas obter, no segundo ano, depois da revisão, um aumento de produção; e, ao fim e ao cabo, uma vez que é possível que o resto das cooperativas que registraram uma baixa de produção consigam, depois de revistas, obter um aumento no segundo ano, ou pelo menos atingirem a posição onde não se verifica nem aumento nem baixa, pode-se assim afirmar que o nosso movimento de cooperação agrícola tem um desenvolvimento são no seu conjunto e que no essencial pode garantir o aumento e evitar a baixa de produção. A explicação dessas medidas é, para mais, uma maravilhosa escola para formar quadros. Elas permitirão formar pouco a pouco um pessoal administrativo e técnico abundante para as cooperativas.

Em terceiro lugar, devemos fixar uma vez por ano os números a atingir para o desenvolvimento da cooperação

agrícola, de acordo com as condições específicas, e verificar diversas vezes por ano como foi realizado o trabalho de cooperação. Dessa maneira medidas concretas para o desenvolvimento das cooperativas poder-se-ão ser decididas anualmente de acordo com a evolução da situação e os sucessos obtidos nas diferentes províncias, distritos e cantões. Em certos locais, o desenvolvimento das cooperativas pode ser suspenso por um momento para se afetuar o trabalho de revisão. Noutros, o desenvolvimento e a revisão podem ser simultâneos. Uma parte dos membros de algumas cooperativas podem ser autorizados e retirar-se. Pode-se permitir temporariamente, em casos especiais, a dissolução de algumas cooperativas. Em certas localidades é necessário estabelecer um grande número de novas cooperativas, enquanto noutras é necessário contentar-se com aumentar o número de famílias camponesas nas cooperativas já criadas. Sempre que um grupo de cooperativas se instala numa província ou num distrito, chega um momento em que se tem de fazer uma pausa para proceder ao trabalho de revisão dessas cooperativas e só depois se criarão outras novas. A concepção que consiste em nunca se conceder uma pausa nem tréguas é completamente errada. Quanto à tarefa de controlar o movimento de cooperação é Comitê Central do Partido e os seus comitês de províncias, regiões autônomas, municipalidades e regiões administrativas que a devem assumir firmemente. Este controle deve ser efetuado não uma, mas várias vezes por ano. Logo que um problema se põe, deve dar-se-lhe uma solução adequada. Não se devem deixar amontoar

as questões e tentar depois resolvê-las em bloco. A crítica deve ser feita no momento oportuno, não se deve sempre deixar levar a não fazer críticas senão quando as coisas estão já feitas. Por exemplo, nos sete primeiros meses deste ano, o próprio comitê central convocou três conferências de camaradas responsáveis por diferentes regiões, incluindo aquela a que estamos a assistir hoje, para examinar o problema da cooperação nos campos. Graças a esse método que consiste em elaborar medidas apropriadas, adaptadas às condições locais nas diferentes regiões e para dar diretrizes em tempo útil, estamos seguros que cometeremos menos erros no nosso trabalho, e de que, se forem cometidos, serão rapidamente corrigidos.

Dando o que acabo de dizer, não poderemos nós afirmar que a orientação dada pelo Comitê Central do nosso Partido à cooperação agrícola é a boa, a que está em condições de assegurar um desenvolvimento sã ao movimento? Creio que podemos e que devemos afirmá-lo. Qualificar essa orientação como tendência para avançar com demasiada rapidez é um erro crasso.

IX

Alguns camaradas, adotando a posição da burguesia, dos camponeses ricos ou dos camponeses médios abastados que tem uma tendência espontânea para o capitalismo,

tem um modo errado de abordar o problema da aliança dos operários e dos camponeses, problema duma importância capital. Pensam que o movimento de cooperação agrícola está atualmente numa situação crítica, e aconselham-nos a descer do cavalo imediatamente no nosso percurso por essa via da cooperação. Senão, dizem-nos eles, rompereis a aliança dos operários e dos camponeses. Pensamos que o inverso é que é verdadeiro. Se não montarmos imediatamente, arriscamo-nos a romper a aliança dos operários e dos camponeses. Eles dizem-nos “desçam” e nós dizemos a nós próprios “montem”; apenas uma palavra de diferença, mas basta para exprimir toda a diferença entre duas linhas políticas.

Como todos sabem, já fizemos uma aliança dos operários e dos camponeses, baseada numa revolução democrática burguesa contra o imperialismo e o feudalismo, que arrancou a terra das mãos dos latifundiários para a distribuir aos camponeses, a fim de os libertar das cadeias da propriedade feudal. Mas essa revolução pertence ao passado e acabamos com a propriedade feudal. O que atualmente permanece no campo é a propriedade capitalista dos camponeses ricos e a propriedade individual camponesa, extensa como o oceano. Como todos notaram, durante os últimos anos a tendência espontânea para o capitalismo no campo cresce de dia para dia, e vêm-se aparecer por toda a parte novos camponeses pobres, carecidos de suficientes meios de

produção, não escapam ainda às garras da miséria; alguns tem dívidas, outros são obrigados a vender ou a alugar as suas terras. Deixando-se desenvolver essa tendência, a divisão do campo em dois pólos extremos ir-se-á agravando inevitavelmente. Os camponeses que perderam a sua terra e os que estão ainda a contas com a miséria queixar-se-ão de que não os socorremos nem os ajudamos a superar as suas dificuldades. Quanto aos camponeses médios abastados que tendem a seguir a via do capitalismo, também eles estão descontentes conosco, já que, não tendo nós a intenção de seguir a via do capitalismo, não podemos nunca satisfazer as suas exigências. Numa tal situação, a aliança dos operários e dos camponeses poderá ser consolidada ? É claro que não. O problema só pode ser resolvido numa nova base: paralelamente á realização gradual da industrialização socialista e da transformação socialista, realizar progressivamente a transformação socialista da agricultura no seu conjunto, quer dizer, realizar a cooperação. Desse modo conseguiremos liquidar a economia dos camponeses ricos assim como o sistema das explorações individuais no campo, o que permitirá a todas as populações rurais gozarem de abastança. Consideramos que é só assim que a aliança dos operários e dos camponeses poderá ser consolidada. Se agíssemos doutro modo, haveria um real perigo de ve-la quebrada. Os camaradas que nos aconselham a “descer do cavalo” estão completamente errados nesse ponto.

X

Devemos perceber desde já, que a transformação socialista no campo passará em breve por um surto de progresso geral à escala de todo o país, e isto é inevitável. No fim do último ano do quinquênio e no começo do segundo, quer dizer na primavera de 1958, as cooperativas de tipo semi-socialista reunirão 250 milhões de homens - ou seja 55 milhões de famílias camponesas (tomando como média quatro pessoas e meia por família), quer dizer, metade de toda a população rural. Neste momento, em muitos distritos e em certas províncias, a transformação semi-socialista da economia agrícola estará terminada no essencial; e em diversas regiões do país, um pequeno número de cooperativas de tipo semi-socialista ter-se-ão transformado em cooperativas de tipo inteiramente socialista. Na primeira metade do segundo quinquênio, quer dizer em 1960, devemos levar a cabo no essencial a transformação semi-socialista da economia agrícola entre a Segunda metade da população rural. Neste momento, o número das cooperativas de tipo socialista poderá aumentar.

Durante o primeiro e o segundo quinquênio, as principais transformações no campo continuarão ainda a serem transformações sociais. As transformações técnicas em segundo lugar. A quantidade de grandes máquinas agrícolas terá por certo aumentado, mas não em proporções muito grandes. Durante o terceiro quinquênio, a transformação

social e a da técnica progredirão coordenadamente no campo. Ano após ano, serão empregue cada vez mais máquinas agrícolas pesadas. No que diz respeito à transformação social, depois de 1960, as cooperativas passarão progressivamente por grupos escalonados do tipo semi-socialista a um tipo inteiramente socialista. Só quando a transformação socialista do sistema econômico e social estiver completamente terminada, e quando, no domínio da técnica, se utilizarem máquinas em todos os ramos da produção e em toda a parte onde o trabalho possa ser realizado por elas é que o aspecto econômico e social da China se transformará radicalmente. Dadas as condições econômicas em que o país se encontra, a transformação da técnica demorará mais a realizar do que a transformação social. Calcula-se que serão necessários quatro a cinco quinquênios, ou sejam 20 a 25 anos para levar a bom termo no essencial a transformação técnica da agricultura à escala de todo o país. Todo o Partido deve lutar para levar a bom termo essa grande tarefa.

XI

Devemos estabelecer uma planificação completa em todos os domínios e reforçar a direção. Devemos elaborar planos à escala nacional. Provincial, regional, à escala do distrito, do bairro e do cantão para realizar a cooperação agrícola em

diferentes etapas. E, à medida que avançamos no nosso trabalho, esses planos devem ser revistos constantemente à luz das condições concretas.

As organizações do Partido e da Liga da Juventude, à escala provincial, regional, à escala do distrito ou do bairro e do cantão, devem prestar uma grande atenção aos problemas rurais e esforçarem-se seriamente por melhorar a qualidade da direção que elas exercem sobre o trabalho rural. Os camaradas dirigentes dos comitês locais de todos os escalões do Partido e da Liga da Juventude devem estudar seriamente e o mais rapidamente possível o problema da cooperação agrícola a fim de se tornarem especialistas nessa matéria. Numa palavra, o que é necessário, é iniciativa e não passividade; é reforçar a direção e não deixá-la amolecer.

XII

No mês de agosto de 1954 (já não é novidade) encontram-se no relatório do Comitê do Partido Comunista Chinês da província do Heilongkiang as observações seguintes: Com o aparecimento e o desenvolvimento do progresso da cooperação agrícola, as organizações de entre ajuda e cooperativas de tipos diversos, e todas as camadas da população nos campos puseram-se em movimento. As cooperativas agrícolas de produção já criadas prevêm o aumento do seu

efetivo e preparam-se para isso; as equipes de entre ajuda que estão na base da criação das cooperativas pensam admitir um maior número de famílias e preparam-se para isso; as equipes de entre ajuda que não possuem as condições exigidas para uma tal transformação querem também desenvolver-se para se elevarem a um nível superior. Numerosos camponeses preparam-se ativamente para aderir às novas cooperativas, e outros às antigas. Aqueles que não estão dispostos a juntarem-se este ano às cooperativas preparam-se com entusiasmo para entrar nas equipes de entreajuda. Este movimento é de muito grande envergadura; tornou-se um movimento de massa. É um fato novo de impacto no processo de vasto desenvolvimento da cooperação agrícola. Mas pelo fato de alguns camaradas dirigentes em certos distritos e bairros não terem sabido adaptar-se a esta nova situação e dar-lhe no momento oportuno uma direção firme, num certo número de aldeias e de touen (a aldeia, na província de Heilongkiang, é uma unidade administrativa que corresponde ao cantão (hsiang) nas províncias no sul da Grande Muralha; o touen, no Heilongkiang, não é uma unidade administrativa, mas o equivalente a uma aldeia nas províncias no sul da Grande Muralha), certos fenômenos perturbadores começaram a aparecer: quando os camponeses procuram companheiros, acontece que os fortes procuram os fortes e afastam os camponeses pobres; briga-se para tentar obter um bom núcleo de quadros, disputam-se os membros, provocam-se escândalos; colocam-se irrefletidamente vários quadros de

elite num mesmo local; os camponeses ricos e os camponeses abastados que tem concepções capitalistas bastante arreigadas aproveitam a oportunidade para organizarem equipes de entre ajuda do grau inferior ou cooperativas de “camponeses ricos”. Tudo isto mostra claramente que nas condições de um amplo desenvolvimento da cooperação agrícola, não basta, quando se quer aplicar a política do Partido e conduzir o movimento, pensar simplesmente na criação de novas cooperativas. Devemos ter em conta o conjunto da aldeia (quer dizer, por outro lado, o conjunto do cantão), e a necessidade de estimular sobre todos os seus aspectos o movimento de cooperação agrícola, devemos prestar atenção quer ao desenvolvimento das cooperativas já criadas e à criação de novas, ao desenvolvimento das cooperativas assim como ao aperfeiçoamento das equipes de entre ajuda, e isto tanto este ano como no próximo e nos anos que se seguem. Só assim se poderá realizar plenamente a política do Partido e obter um desenvolvimento saudável do movimento de cooperação na agricultura.

A crítica com que nós aqui deparamos: “alguns camaradas dirigentes, em certos distritos e bairros, não souberam adaptar-se a esta nova situação e dar-lhe no momento oportuno uma direção firme” apenas se aplica à província do Heilongkiang, e a alguns distritos e bairros? Penso que é muito provável que quadros do mesmo tipo, que avançaram mas muito atrás do movimento, existem em numerosos organismos dirigentes do país.

O relatório do Comitê do Partido da província do Heilongkiang, prossegue nestes termos: “na ladeia de Ksikiu, distrito de Chouangtcheng, adotaram o método que consiste em combinar a direção dada ao movimento com o livre consentimento das massas e elaboraram um plano em todos os domínios para o conjunto da aldeia. Eis um método completamente novo para dirigir o grande progresso da cooperação. A sua importância reside antes de tudo no fato de que, graças à planificação, a política de classe do Partido no campo foi plenamente aplicada, a unidade entre os camponeses pobres e os camponeses médios foi reforçada, e desenvolveu-se uma luta enérgica contra a tendência dos camponeses ricos. Do mesmo modo, os quadros de elite foram convenientemente repartidos tendo em conta os interesses da cooperação agrícola no seu conjunto. Esse método contribuiu para reajustar e estreitar as relações entre as cooperativas, entre estas e as equipes de entre ajuda, e, por isso mesmo, de fazer progredir o movimento da cooperação agrícola em vasta escala foi levado concretamente ao conhecimento dos organismos dirigentes ao nível da base e das grandes massas. Fez compreender à célula do Partido da aldeia como convinha dirigir; mostrou às antigas cooperativas como progredir; mostrou como se podiam estabelecer novas cooperativas; deu uma orientação concreta ao futuro desenvolvimento das equipes de entre ajuda; permitiu assim aumentar ainda mais a iniciativa e o entusiasmo da célula do Partido da aldeia e da população e confirmou plenamente a correção do princípio

que consiste em apoiar-se na célula do Partido da aldeia e na experiência e sabedoria das massas. Enfim, é precisamente graças à planificação que se pode obter um conhecimento aprofundado da situação no campo, e aplicar concretamente a política do Partido sob todos os seus aspectos. Foi por isso que se tornou possível evitar por um lado a tendência para avançar com demasiada rapidez, e por outro o conservadorismo e o indiferentismo. Daí resultou que se pode aplicar corretamente a política do comitê central do Partido: “direção ativa e progresso em passos seguros”.

Como remediar eficazmente os “fenômenos defeituosos” que se mencionaram no relatório do Comitê provincial do Partido Heilongkiang? O próprio relatório não dá nenhuma resposta direta a essa questão; mas o relatório do Comitê do Partido do distrito de Chouantcheng, que se lhe juntou, dá uma nos termos seguintes: “A realização de um plano completo em todos os domínios, apoiando-se na combinação da diretriz dada pela célula local do Partido da aldeia e do livre consentimento das massas, teve por resultado contrair a tendência errada que consiste em afastar as famílias de camponeses pobres das cooperativas, teve por resultado fazer cessar a concentração abusiva dos quadros de elite ou de novos membros; os elos entre as cooperativas e as equipes de entre ajuda foram estreitados; as tentativas dos camponeses ricos ou dos camponeses médios abastados para organizar “cooperativas de camponeses ricos” ou equipes de entre ajuda de um nível inferior foram contrariadas e os pontos essenciais

do plano da célula local do Partido da aldeia foram realizado. Os efetivos de duas antigas cooperativas aumentaram 40%; estabeleceu-se a estrutura de base de seis novas cooperativas, e procedeu-se ao trabalho de revisão de duas equipes de entre ajuda. Se tudo correr bem no próximo ano (quer dizer em 1955), em toda a aldeia, a agricultura será organizada em cooperativa. Atualmente, toda a população da aldeia trabalha com ardor para cumprir o plano anual que visa desenvolver a cooperação agrícola, aumentar a produção e assegurar as colheitas. E os quadros partilham com todos a opinião seguinte: “Se nós não tivéssemos agido assim. Seria a completa desordem. Não só teria ido mal este ano, mas ir-se-ia repercutir ainda no próximo ano”.

Na minha opinião, é precisamente assim que devemos proceder.

Uma planificação em todos os domínios e o reforço da direção, eis a nossa orientação.